

O COMÉRCIO E O CRÉDITO NO VALE DO PARAÍBA PAULISTA DURANTE O SÉCULO XIX

*Renato Leite Marcondes**

“A honestidade então fazia o crédito e com honra todos conseguiam viver”. (Motta Sobrinho, 1968, p. 38)

Resumo: O cultivo do café assumiu papel fundamental no desenvolvimento econômico e demográfico do vale do Paraíba paulista durante o século XIX. Nesse período, formaram-se grandes fortunas oriundas das oportunidades abertas pela economia cafeeira. O patrimônio alcançado por estas pessoas não resultou somente da produção de café, mas também do comércio e especialmente do financiamento que fez com que capitalistas recebessem em pagamento de suas dívidas diversas fazendas, embora cheias de cafezais velhos e pouco produtivos.

Palavras-chaves: Economia cafeeira; comércio; financiamento

O cultivo do café assumiu papel fundamental no desenvolvimento econômico e demográfico do vale do Paraíba paulista durante o século XIX. Nesse período, houve a ocorrência de grandes fortunas oriundas das oportunidades abertas pela economia cafeeira. O patrimônio alcançado por estas pessoas não resultou tão somente da produção de café. Os comerciantes e os indivíduos que concediam empréstimos a juros também apresentaram participação significativa da riqueza. Todavia, apenas uma parcela dos mercadores conseguiram atingir fortunas consideráveis. Os lojistas de fazendas secas foram os indivíduos mais ricos, enquanto os vendedores e taberneiros não alcançaram patrimônios tão elevados quanto os primeiros. A atividade de financiamento da cafeicultura foi importante para a rápida expansão cafeeira na região. A concessão de crédito concentrou-se nas mãos de poucos, que alcançaram parcela significativa da riqueza.

Neste artigo destacamos o papel fundamental dos comerciantes e capitalistas na formação da economia cafeeira em Lorena (SP) durante o século XIX.¹ Na

* Doutorando em Economia pelo IPE/USP. Este artigo consiste de um capítulo de nossa tese de doutoramento, em fase de conclusão, intitulada de *A arte de acumular na gestação da economia cafeeira: ciclos de vida e processos de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX*.

1 Para a realização deste texto utilizamos de uma amostra de 138 indivíduos acompanhados longitudinalmente. Selecionamos as pessoas em função de sua presença na lista

primeira seção descrevemos as várias tipologias de comerciantes presentes na historiografia e a partir delas procuramos classificar os mercadores de nossa amostra, citando alguns exemplos. Em seguida, mostramos a importância do crédito para o desenvolvimento da cafeicultura. A rápida expansão cafeeira contou com o auxílio de indivíduos que forneciam recursos às pessoas interessadas no cultivo da rubiácea. Esta foi uma das formas de financiamento dos cafeicultores. No final do texto centramos a análise nos mais proeminentes emprestadores, de grande relevância local e regional.

1. OS TIPOS DE COMÉRCIO

A classificação dos comerciantes seguiu a adotada por Sheila Faria para Campos no Rio de Janeiro durante o século XVIII. A autora detectou três tipos de mercadores: “pequenos comerciantes” (vendedores, mascates, pequenos lojistas etc.), negociantes de fazendas/usuários e usuários exclusivos. (Faria, 1994, p. 109-110)² Os dois últimos grupos apresentaram os maiores patrimônios.

Entre os “pequenos comerciantes” a autora citou o caso de José Martins Leite, falecido em 1792. As mercadorias vendidas foram de baixo valor:

“(...) miudezas que iam de objetos de armarinho a agulhas, linhas e botões, passando por pentes, frascos, tinteiros, cachimbos e candeieiros, até especiarias, vinho e aguardente. Todo o material de sua venda, contando 65 itens, somava 99\$260, o que não dava para comprar um bom escravo adulto. O total do valor que lhe deviam em contas de livro somava a irrisória quantia de 7\$695. Por outro lado, devia 171\$461, 72% a mais do que possuía em bens. Grande parte da dívida, 88\$461, era com Manoel Ribeiro de Castro, grande comerciante da região”. (Faria, 1994, p. 110).

Maurício Martins Alves, ao estudar a localidade de Taubaté do final do século XVII e início do XVIII, verificou a existência de diferentes formas de comércio: “(...) itinerante, mascate, (...) uma rede de distribuição estruturada (...) e três

nominativa de habitantes de 1829 e da localização de seu inventário. Tais indivíduos atuavam não apenas como comerciantes, mas também como cafeicultor e produtor de derivados de cana. Neste artigo concentramos a análise nos mercadores. As fontes utilizadas foram, basicamente, as listas nominativas depositadas no Arquivo do Estado e os inventários encontrados no Arquivo Municipal de Lorena.

- 2 A situação de caixeiro era uma fase inicial até a constituição da própria loja. Como a própria autora faz referência: “A trajetória de portugueses pobres parece ter passado, via de regra, pela ocupação como caixeiro. (...) constata-se a relativa baixa idade dos que se dedicavam a esta ocupação, em 100% dos casos jovens portugueses com vinte anos em média”. (Faria, 1994, p. 113) após tal momento estes indivíduos transforma-

lojas, vendendo principalmente uma grande variedade de tecidos". (Alves, 1995, p. 54) No primeiro caso, um exemplo citado foi o de Roque Vieira, que vendeu vinho, espelhos e fios de rosários; no seu inventário, em 1703, não se registrou nenhum imóvel, (Cf. Alves, 1995, p. 57)³

A dificuldade de classificação dos comerciantes segundo determinadas nomenclaturas decorre de suas atividades serem itinerantes e/ou passarem por transformações ao longo de suas vidas, como, por exemplo, a mudança de caixeiro a dono de casa comercial. Júnia Ferreira Furtado estudou os homens de negócio das Minas Gerais no século XVIII por meio de inventários, testamentos e devassas eclesiásticas. Segundo a autora devemos ter cuidado com tais classificações:

"A análise desta documentação mostrou as dificuldades de classificar esses comerciantes em grupos ou categorias estáticas, pois o comércio nas Minas era atividade tão diversificada quanto os homens que o empreendiam. As características que marcaram os comerciantes mineiros foram a heterogeneidade, a instabilidade e a fluidez entre os diversos tipos de atividades a que se dedicavam. A grosso modo, pôde-se perceber de um lado a existência de uma camada de homens, portugueses, brancos e livres que se esforçava por se identificar com a elite local e diversificava seu investimento em terras, escravos e lavras, procurando os símbolos de dignificação. De outro, um grupo mais heterogêneo de homens e mulheres, muitos negros e pardos, escravos ou forros, geralmente vendeiros nos morros ou volantes, que por sua característica marginal, ameaçava a ordem e era sempre perseguido". (Furtado, 1996, p. 332)

Os dois grupos percebidos por Júnia Furtado mantinham transações usurárias, especialmente os primeiros. Os lojistas ameaçaram os maiores patrimônios em relação aos vendeiros. Uma parcela destes últimos e dos viandantes e mascates eram financiados pelos maiores comerciantes e até por pessoas de outras atividades.⁴

Esta distinção parece corroborada pela conclusão de Katia Maria Abud ao examinar as maiores riquezas paulistanas ao final do século XVIII: *"Os três grupos de comerciantes - homens de negócio, mercadores e negociantes de animais - detinham a maior parte da riqueza entre os comerciantes como um todo. Abaixo*

vam-se em proprietários de lojas. Para maiores informações a respeito da organização e relações dos comerciantes ver Gorenstein (1978) e Martinho (1978).

3 Maria Bárbara Levy, em sua história financeira do Brasil colonial percebeu, além dos ambulantes, a existência de dois tipos de pequenos mercadores: o comércio estabelecido em lojas e a venda ao ar livre. (Levy, 1979, p. 88)

4 Diversas características poderiam marcar as distinções entre comerciantes, como, por exemplo, estabelecimento fixo, raio de ação do comércio etc. Se adotássemos o último elemento definidor, como Luís Lisanti em sua tese de doutorado a respeito de Campinas, Itu e Porto Feliz (1798-1829), reuniríamos os comerciantes de loja e venda, como

deles havia os vendeiros, os taberneiros e os que viviam de suas agências e quitandas". (Abud, 1978, p. 49)

Os comerciantes de nossa amostra foram divididos segundo a taxonomia utilizada por Sheila Faria com algumas adaptações. Incluímos os indivíduos que exerciam outras atividades juntamente à comercial, embora algumas vezes esta última ocupação fosse marginal. De outra parte, consideramos casos de pequena permanência na atividade mercantil. Por fim, devemos notar a existência de indivíduos atuando preponderantemente em atividades usurárias, mas que também mantinham comércio e outras ocupações.⁵

Os taberneiros e vendeiros em 1829 enquadraram-se no primeiro grupo de Sheila Faria. Dos cinco casos observados apenas um referia-se a um comerciante português. Tais pessoas viviam de suas venda de molhados da terra e de fora. Quatro vendas localizaram-se na primeira companhia, que correspondia à da vila e concentrava a vida urbana. Os produtos principais foram a aguardente, cereais, vinho, bacalhau, azeite, sal e especiarias. Muitas vezes praticaram, de forma complementar, a agricultura de subsistência, vendendo os excedentes na própria venda. A propriedade escrava mantinha-se reduzida (no máximo quatro cativos) e a riqueza atingida foi relativamente pequena, pouco mais de um conto e meio de réis em média (Cf. Tabela 5.6). Todos mantinham algum imóvel, urbano e/ou rural. Por exemplo, Antonio José Pereira (nº 16) possuía, no seu inventário em 1849, "*uma morada de casas de três lanços cobertos a sapé com armação de venda um pequeno puxado e cozinha*" e "*um rancho coberto de sapé de 2 lanços e diante da casa de morada*", que totalizaram 85\$000 réis (nº 283 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena). As dívidas passivas corresponderam a montantes apreciáveis. O mesmo Antonio Pereira devia a um comerciante de maior porte da localidade 154\$138 réis pela compra de fazendas, correndo a taxa de juros de 1% ao mês. Por outro lado, quando houve o registro dos créditos em favor deste grupo de mercadores tais dívidas ativas assumiram valores relativamente reduzidos. Uma ilustração pode ser tomada do caso de Joaquim Vaz Cardoso (nº 68) inventariado em 1833. Os seus trinta e cinco

o próprio autor afirmou: "*Os comerciantes não são todos do mesmo 'tipo', e tentamos na medida do possível os diferentes ramos. Inicialmente aqueles que nos parecem possuir um raio de ação limitado. Sem dúvida o proprietário de 'venda' era caracteristicamente um pequeno comerciante vivendo do comércio local de alguns produtos da terra e, creio, sobretudo da aguardente e fumo. Aproximamo-los dos taberneiros e assim também os que declaram vender 'molhados'. A estes do mesmo modo, com um âmbito possivelmente restrito de ação cremos poder aproximar os que se declaravam proprietários de armazém ou 'negócio de fazenda seca'. Enfim, tipicamente local a atividade dos 'quitandeiros'*". (Lisanti, 1962, p. 103). A outra categoria compreendia os negociantes, com maior amplitude de ação, transacionando animais, "escravos novos" e, principalmente, açúcar. (Cf. Lisanti, 1962, p. 103-104)

5 Tais indivíduos são denominados capitalistas na documentação compulsada.

créditos somaram 229\$640 réis, ou seja em média 6\$561 réis em cada empréstimo, que em sua grande maioria foram contas de livro ou rol.⁶

Elisbão Alves da Silva, natural de Taubaté (SP), possuiu o maior plantel entre os taberneiros e vendeiros, dez cativos em 1829 e no seu inventário de 1839 (n° 38). Ele morou na localidade vizinha de Areias em 1814 e detinha 1.600 pés de café, que produziram dezoito arrobas comercializadas na terra, talvez em seu próprio rancho ou loja. No ano seguinte passou a ter engenho, no qual fabricou 12 canadas vendidas na terra por 3\$200 réis cada. Um ano mais tarde a produção da rubiácea atingiu quarenta arrobas e a da aguardente 30 barris. Ambos os bens foram vendidos na terra por 1\$600 réis cada unidade. O número de escravos possuídos alcançou cinco elementos. Em 1824, já residente em Lorena, mantinha dez escravos. No ano posterior registrou-se a seguinte ocupação: “*vive de sua venda de molhados da terra*”. A partir de 1829 a atividade de comerciante ocorreu atrelada à agricultura de subsistência. Em 1835, Elisbão Alves voltou a produzir café com seus dez escravos e deixou a atividade de taberneiro. A colheita foi de vinte arrobas, que renderam 100\$000 réis. Quando do seu falecimento em 1839, a riqueza somou pouco mais de três contos de réis, mas cerca da metade deste montante formou a legítima da mulher e filhos, ainda não repartida entre os herdeiros, inclusive cinco escravos. Se considerarmos o retorno de 1835 e o patrimônio bruto de mais de seis contos em 1839, a rentabilidade não passaria de 1,6%. Não havia no inventário nenhum indício da atividade de comerciante, apenas dois créditos totalizando 270\$810 réis.

A atividade de comércio de molhados poderia contar com a ajuda de um agricultor, em geral de porte significativo, por meio, por exemplo, do arrendamento de um pedaço de terra para o estabelecimento da venda, provavelmente um rancho de beira de estrada.⁷ Este foi o caso de João de Souza Rocha (n° 57), produtor de aguardente que arrendou um terreno para Claro Francisco de Oliveira para o esta-

6 Segundo Maria Bárbara Levy, com base em outros textos, o comércio a prazo era comum no período colonial: “*As práticas de venda a crédito eram utilizadas em todas as capitanias. ‘Os moradores compram fiado: negros, cavalos, ferramentas, sustento, vestido, enfim, tudo. E, por causa destes empenhos, tem sempre credores, por não serem executados (...), e quem assim compra não regateará; antes, muitas vezes, quem vai comprar um vestido fiado, receia que lhe não queiram fiar.’*” (Levy, 1979, p. 88).

7 Maria Sylvania de Carvalho Franco observou as diversas possibilidades de associação entre fazendeiro e os donos de ranchos e vendas. Em alguns casos ocorre a unidade das três atividades: “*Esses casos são raros, ocorrendo em geral em propriedades pequenas, dedicadas a culturas de subsistência. Tais estabelecimentos combinam, de maneira imediata e em escala modesta, a exploração da terra e a colocação de seus produtos: a pequena fazenda fornece a mercadoria; o rancho mais a venda atraem seu provável comprador e possibilitam as transações. São assim, fazenda, rancho e venda, elementos cuja importância é equivalente no circuito completo da atividade da mesma pessoa, que enfeixa a posse de todos três*”. (Franco, 1974, p. 68-69)

belecimento de um rancho. Todavia, o negócio não foi promissor e, por isso, resultou num processo de cobrança do valor do arrendamento. O arrendatário, em sua defesa, afirmou:

“O primeiro negócio havido entre o embargado e embargante fora sobre o arrendamento de um terreno no lugar do alegre, com umas casinhas para por uma venda, com rancho, e uma roça de milho com obrigação do embargante vender ali do embargado alguns barris de aguardente, isto se prova com o papel, que para este fim foi passado em data de 11/1/1835 [por 100\$000 réis durante um ano - RLM] (...) Deste dia em diante seguia-se o trato estipulado no papel, foi o embargante recebendo as aguardentes vendendo, e dando dinheiro ao embargado, e no dia 20/10 do mesmo ano juntaram suas contas; e por que se achasse o embargante alcançado na quantia de 99\$000 réis, por isso lhe passa nessa ocasião um crédito de sua própria letra, e a assinou (...) [prêmio de 25% ao ano - RLM]” (nº 117 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena).

Em 1842, a dívida alçava-se a 235\$000 réis; todavia, o réu ainda não tinha pago. E uma testemunha declarou: *“(...) o réu não era de boa conduta sobre seus tratos e que via algumas pessoas se queixando dele que costuma a fazer negócios e ao depois negar o que devia, e que isto é público e todos no bairro sabem (...).”* (nº 222 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena)

Segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco, os vendeiros relacionavam-se tanto com os maiores proprietários e comerciantes quanto com os detentores de pequenas posses. Todavia, para a sua sobrevivência neste ambiente era necessário explorar as oportunidades abertas na ligação da produção de subsistência, as vezes feita por eles mesmos, e a atividade mercantil, em especial com o endividamento dos seus clientes, que incluíam até escravos. As palavras da própria autora esclarecem de modo ímpar a situação destes indivíduos:

“Em resumo, a posição do vendeiro, incerta e oscilante, se localizava nos intervalos dos grupos componentes do sistema social. Sua atividade transcorria na interseção dos planos em que se desdobrava a economia - o mercantil e o de subsistência. Seu comportamento reúne características tanto dos extratos superiores, com a exploração hábil dos esquemas de dominação, quanto das camadas pobres, participando de sua moralidade. Estas condições de sua existência foram sintetizadas na técnica competitiva que foi sua, por excelência: a astúcia e a malícia para criar e exaurir as oportunidades de formar pecúlio num meio em que o dinheiro era escasso”. (Franco, 1974, p. 77)

Pequenos comerciantes de fazenda seca poderiam ser acrescentados ao grupo dois pequenos mercadores. Em nossa amostra encontramos dois casos em 1829:

Florentino Moreira da Silva (nº 39) e Joaquim dos Reis Guimarães (nº 6). O primeiro, natural de Guaratinguetá, desenvolveu inicialmente em Lorena a atividade de carpinteiro, de 1803 a 1811, sem o auxílio de cativos. Em 1812, ele passou a viver de sua venda, que dois anos mais tarde foi especificada como de molhados. Os seus produtos não se restringiram aos locais, chegando, em 1817, a receber a seguinte anotação na lista nominativa deste ano: “*conserva uma venda de molhados em que no presente ano dispôs do Reino: aguardente 4 barris a 8\$000 réis, vinho 20 barris a 4\$000 réis, vinagre 4 barris a 4\$000 réis, azeite 4 medidas a 1\$600 réis*”. Em 1820, Florentino adquiriu seu primeiro escravo e a receita dos produtos importados alcançou 166\$400 réis. Seis anos mais tarde o sal foi incluído na lista de bens vendidos, com 100 alqueires, e a receita atingiu 800\$00 réis. No ano de 1828, a venda transformou-se em loja de fazenda seca, embora nada tenha “metido” além de 150 alqueires de sal por 300\$000 réis. No ano anterior Florentino contraía uma dívida com os herdeiros de Ventura José de Abreu (ver Apêndice), provavelmente comprando a loja do falecido, que morreu em 1827. Os termos do negócio foram os seguintes:

“Devo que pagarei aos senhores Capitão José Ventura de Abreu e o Tenente Anacleto Ferreira Pinto, a quantia de 3:237\$951 réis procedidos de fazenda seca e molhados e dívidas em livro cuja quantia recebi ao fazer deste em ditas oferta a minha satisfação em preço e bondade sem constrangimento algum cuja quantia de 3:237\$951 réis pagarei aos ditos senhores ou quem esta me apresentar da fatura deste a um ano em dois pagamentos iguais, e na falta de ditos pagamentos lhe pagarei os juros da lei (...) Bairro das Minhocas 12 de agosto de 1827. [segue a assinatura de Florentino - RLM] (...) Abono o crédito acima como fiador e principal pagador José Vicente de Azevedo” (nº 88) (nº 84 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena)

No ano de 1829, a propriedade cativa de Florentino elevou-se a três escravos. No inventário de 1834, o seu plantel compreendeu quatro elementos e seu patrimônio somou pouco mais de seus contos de réis, desconsiderando as dívidas passivas. Neste momento ainda restava da dívida com os herdeiros do Ventura 868\$988 réis, devidos agora a Francisco Lescura Banher (nº 45) que comprou a dívida deles. Ademais, as outras dívidas passiva somaram pouco mais de um conto e meio de réis, em sua maior parte devidas a dois comerciantes de fazendas secas do Rio de Janeiro. As dívidas ativas totalizaram 3:357\$370 réis (54,3% dos bens inventariados). Todavia, as 18 dívidas por crédito corresponderam a 1:520\$260 réis (42,2% das dívidas ativas). O valor médio dos empréstimos nesta condição foi de 84\$459 réis, enquanto para as 129 dívidas ativas por conta do rol (vendas a prazo) a quantia média foi de 10\$658 réis. Dois devedores nesta última situação foram Jacinta, escrava do Tenente Antonio Luis Domingues Bastos (nº 21), devendo 1\$520 réis, e Antonia, escrava de José Maria Saraiva (nº 80), no valor de 1\$240 réis. A condição

de escravo não impediu a obtenção de crédito na loja de Florentino. Entre os produtos da loja inventariados destacaram-se vários tipos e formas de tecidos, lenços, xales, chapéus, meias, linhas, pentes, facas etc. Assim, a atividade de lojista de fazenda seca ocorreu na fase final da vida de Florentino e implicou a aceitação de uma vultosa dívida.

O outro caso de pequeno comércio de fazendas foi o de Joaquim dos Reis Guimarães (nº 6), natural de Cunha, que encontramos pela primeira vez na lista nominativa de 1829. Nesse ano, ele mantinha sua loja de fazenda e dois escravos. Os bens comercializados foram os seguintes: 10 peças de baetas, 8 peças de pano, 50 peças de algodão e drogas fendidas por 150\$000 réis. No seu inventário de 1846, as dívidas passivas somaram 255\$400 réis, sendo 160\$000 réis com duas pessoas do Rio de Janeiro, uma das negociantes matriculado de fazenda seca na praça do Rio de Janeiro. O enterro custou ainda 52\$300 réis e as custas do inventário 19\$351 réis. Entretanto, os bens foram avaliados em apenas 152\$810. A arrematação em praça pública permitiu a obtenção de 64\$660 réis para objetos apreciados por 52\$390 réis. As custas do inventário e dos autos de arrematação foram pagas em dinheiro somando 36\$285 réis. Os demais credores dividiram o resto do dinheiro e dos bens existentes. Todavia, o patrimônio do inventariado foi negativo em 142\$620 réis. As fazendas vendidas na loja consistiram, segundo o inventário, de xales, lenços, meias, tesouras, fivelas, pentes, botões, linhas, miçangas, colchetes, cadarços, rendas, luvas, suspensórios, lápis etc. Mesmo com a ausência de loja em casa própria em seu inventário dificilmente poderíamos classificá-lo como caixeiro ou praticando um comércio itinerante.⁸ A ausência de escravos e de imóveis no inventário apontou para um processo de decadência ou insucesso ao desempenhar esta atividade.

O segundo grupo de comerciantes identificado por Sheila Faria também foi encontrados em nossa amostra. Os mercadores de fazenda seca realizaram empréstimos como decorrência da sua atividade. Como vimos no caso de Florentino da Silva, as contas de livro ou rol e os créditos foram necessários para o exercício do comércio. Para os indivíduos mais abastados e bem-sucedidos as dívidas por crédito assumiram uma importância vital. Sheila Faria, por meio da análise do inventário de Manoel Luiz Lessa (1760), observou:

“A maior parte da fortuna estava nas ‘dívidas de crédito a juros’, de 6:053\$571, 44% do total. As dívidas de ‘rol’, em alguns inventários referidas como ‘contas de livro’, eram em bem menor proporção. Estas dívidas significavam a compra de mercadoria por pessoas que as pagavam posteriormente, sendo anotadas em livros, e perfaziam 15% do total (2:011\$992).

8 Os seus bens móveis consistiram de seis tamboretas, três mesas, um armário, dois catres, três caixas, um selim, um presépio, um terno de medir e um moinho de ferro pequeno.

Em suma, 59% do valor inventariado compunha-se de dívidas. As mercadorias da loja representavam 34% do montante final (...)” (Faria, 1994, p. 116)

Maurício Alves apresentou o caso de Bernardo Bonfilho, inventariado em 1681 na localidade de Taubaté. O comércio de fazendas permitiu a Bernardo a obtenção de um monte bruto de: “(...) 2:850\$780 réis, sendo 4,88% deste correspondente às mercadorias comercializadas, 50,66% correspondente às dívidas ativas e 37,13% correspondem às dívidas passivas”. (Alves, 1995, p. 54)

Em nosso estudo, seis comerciantes de fazendas secas enquadraram-se neste grupo no ano de 1829 e mantinham um patrimônio bruto de mais de oitenta e seis contos de réis em seus inventários. Deste total, as dívidas ativas formavam 11:338\$635 réis e as passivas 18:108\$302 réis (13,1% e 20,9% do total, respectivamente). A riqueza destes indivíduos chegou a 67:762\$782 réis (78,3% do monte bruto). O patrimônio médio deles somou mais de onze contos, valor muito superior ao dos “pequenos comerciantes”. José Geraldo Evangelista estudando Lorena no século XIX chegou a afirmar com respeito à primeira companhia no ano de 1825: “*Para entrar no ‘negócio de loja de fazendas’ era preciso, porém, capital não pequeno; dos 10 comerciantes, somente 2 movimentavam, por ano, menos de 1:000\$000 réis, enquanto nas quatro ‘vendas’ nenhuma chegava a isto*”. (Evangelista, 1978, p. 99) A manutenção do indivíduo como mercador de fazendas secas implicou a aceitação de certos riscos, como, por exemplo, as dívidas com os comerciantes atacadistas do Rio de Janeiro e as dificuldades de recebimento das contas de rol e créditos. Talvez em função deste quadro, quando foram realizados os inventários dos seis comerciantes de fazenda seca em 1829 três pessoas tinham abandonado a atividade mercantil.

Todos os três arredados do comércio de fazendas passaram a ter engenho, terras, canaviais, mas apenas um deles possuía cafezal. Em 1836, dois deles mantinham loja e lavoura com rendimento de 224\$000 réis e 300\$000 réis. O patrimônio alcançado pelos três atingiu mais de dezessete contos de réis. Duas ilustrações foram os casos de Inácio Pinto Barbosa (nº 48) e José Ribeiro dos Santos (nº 140). O primeiro mantinha atividades agrícolas desde 1825. A atividade comercial começou em 1829 com a venda de fazendas secas no valor de 100\$000 réis. Nesse ano ele possuía três cativos. A loja ainda perdurou até 1842, quando faleceu a primeira esposa. No inventário dela havia 2.000 pés de café, seis escravos e um sítio na Bocaina. As mercadorias da loja foram apreciadas por 232\$160 réis. A meação do viúvo compreendeu as fazendas secas, as duas dívidas ativas e quatro escravos. Em 1850, Inácio Barbosa foi descrito como apenas agricultor e detinha oito cativos. No cadastro de terras de 1856, ele tinha várias propriedades, inclusive o sítio da Bocaina que foi comprado em sua primeira parte em 1838. Quando do seu falecimento, ele mantinha dez cativos, várias extensões de terras e engenho, os quais foram avaliados por 14:796\$666 réis. O patrimônio alcançou 15:840\$760 réis, descontando

as dívidas passivas que atingiram 4:877\$760 réis (30,8% do total dos bens inventariados).

O segundo, José Ribeiro dos Santos, também abandonou o comércio, que iniciara em 1817 com o auxílio de três escravos. Em 1828, a recita provavelmente líquida da loja chegou a 790\$000 réis.⁹ No ano posterior, as mercadorias vendidas foram as seguintes: 10 peças de baetas, 100 peças de algodão e 300\$000 réis em drogas. Ele mantinha sete cativos nesta data (1829). Entretanto, o promissor negócio foi abandonado em benefício da lavoura, com retorno de 40\$000 réis em 1836. No seu inventário de 1843, ele detinha seus sete escravos, casa na vila, terras, engenho, 10 muares, dois cavalos e duas juntas de bois, os quais foram apreciados por pouco mais de cinco contos de réis. De outra parte, as dívidas passivas atingiram a soma de 3:303\$990 réis (54,0% da riqueza inventariada). O elevado grau de endividamento poderia explicar o abandono da atividade mercantil. Destes empréstimos, um deles foi tomado junto a um comerciante do Rio de Janeiro, no valor de um conto de réis. E outros dois contos ele contraiu com residentes na localidade para a compra de fazendas e passaram a ser pagos com os barris de aguardente do engenho. O primeiro crédito desta última quantia foi de janeiro de 1827 no valor de 371\$769 réis, quando o inventariado ainda mantinha a loja. Assim, as dificuldades de crédito provavelmente impossibilitaram a manutenção da atividade comercial.

No conjunto os três arredados possuíam vinte escravos em 1829 e 35 cativos nos seus inventários de 1837, 1843 e 1872. Apenas dois comerciantes de fazendas em 1829 dos três que permaneceram nesta atividade apresentaram acréscimos significativos em seus plantéis. Porém, os 27 cativos possuídos pelos três no ano de 1829 diminuíram para 23 escravos no momento de seus inventários. A redução deve-se a um deles apenas, Fortunato José do Rego (nº 134), que chegou a ter 16 cativos em 1829 e mantinha apenas nove em seu inventário.¹⁰ Sem considerar Fortunato, o número de escravos elevar-se-ia de onze para quatorze elementos. Tais pessoas não apresentaram atividades rurais permanentes nas informações colhidas e residiram na primeira companhia da vila. Em seu conjunto, elas chegaram a possuir mais de trinta e dois contos de réis,

Os dois últimos lojistas foram Rodrigo Antonio de Oliveira Leite (nº 122) e Antonio Luis Domingues Bastos (nº 21). No caso do primeiro, as fazendas secas não alcançaram valores expressivos, as quais foram avaliadas, em 1848, da seguinte forma: "*as fazendas secas mais utensílios pertencentes a loja que sendo tudo ba-*

9 A receita das lojas reduziu-se significativamente de 1825/26 para 1828. Esta diminuição nos pareceu decorrer de uma mudança de registro, deixando de anotar a importação para registrar o rendimento da loja.

10 Em 1829, houve o falecimento da primeira esposa, em função disto realizou-se o inventário e partilha dos bens (nº 64 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena). No ano de 1835, existiam apenas 13 escravos e o rendimento da loja foi de um conto e seiscientos mil réis. Quando do falecimento de Fortunato em 1866, aos 68 anos, o número de cativos reduziu-se ao número referido acima.

lanceado pelas receitas do Rio de Janeiro, importou segundo anos na recita na quantia de 3:852\$431 réis"; todavia "*segundo a receita do Rio de Janeiro declaram [os avaliadores] rebaterem 50% da mesma receita que adiante se junta visto que parte das fazendas se acham deterioradas, e têm sido compradas a alguns tantos anos (...)*" (nº 362 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena) Apesar da desvalorização, a rentabilidade pareceu ser elevada. Em 1836, o rendimento da loja foi de um conto de réis. Se compararmos tal valor com a riqueza inventariada, o retorno sobre o patrimônio bruto de sete contos de réis de 1848 alcançou 14,2%. Contudo, as dívidas passivas perfizeram valores elevados (15,3%) e ele muitas vezes não conseguia receber seus créditos.¹¹

O português Antonio Luis Domingues Bastos iniciou seu negócio com fazendas secas em 1811, na primeira companhia da vila e sem a ajuda de escravos. Nos anos de 1814 e 1815, ele chegou a fabricar 60 arrobas de açúcar mascavado em seu engenho com o auxílio de cinco cativos. Entretanto, Antonio Bastos não voltou a produzir mais açúcar. Em 1816, as mercadorias vendidas consistiram de molhados de fora: 12 barris de vinho, 4 barris de aguardente do Reino, 4 barris de vinagre, somando a importância de 136\$800 réis. Quatro anos mais tarde, a loja vendeu 100 panos de algodão, 6 dúzias de meias, 12 dúzias de chapéus, 33 pares de Chitas. No ano de 1826, ocorreu um elevado crescimento das vendas, que compreenderam 950 panos de algodão, 150 pares de chitas e mais diversos tecidos e bens. O total da receita importada atingiu doze contos de réis.¹² Dois anos depois, a receita provavelmente líquida alcançava 1:448\$000 réis. Em 1828, ele mantinha o título de Tenente de Milícias e seis escravos. No ano seguinte, o número de cativos elevou-se a sete elementos.

No inventário de Antonio Bastos constou, em 1857, uma morada de casas de sobrado na rua do Comércio, avaliada em seus contos, e uma chácara na rua da estalagem, apreciada por sete contos de réis. O total de escravos chegou a nove, avaliados em 9:450\$000 réis. Tal número de cativos foi pouco expressivo com relação a um patrimônio de mais de 21 contos. As dívidas ativas somaram 4:715\$216 réis, das quais a grande maioria compunha-se de contas de rol, mas tais empréstimos totalizaram apenas 1:796\$095 (38,1% das dívidas). O valor médio dos 197 em-

11 Quando havia dívidas passivas a serem saldadas no inventário, em geral, elas eram pagas seguindo esta ordem de preferência: dinheiro, escravos, animais, terras e demais bens móveis. AS dívidas ativas constituíam a última alternativa de pagamento aos credores. A transformação dos escravos e dos animais em dinheiro (liquidez) ou mesmo o interesse dos credores nestes bens mostrava-se mais fácil ou maior do que o conjunto das dívidas ativas do devedor. Na partilha cada um dos créditos positivos do inventariado era dividido entre os herdeiros em partes proporcionais ao seu quinhão. Isto reflete uma grande preocupação com a dificuldade de recebimento dos créditos, que deveria variar de acordo com o devedor.

12 A loja de Antonio Bastos foi a maior da localidade como um todo nesse ano. A segunda casa em importância consistia na de José Vicente de Azevedo (nº 88), como veremos adiante, então com apenas 24 anos, com um giro de sete contos e a terceira pertenceu a

préstimos nesta condição foi de apenas 9\$117 réis, enquanto os doze créditos a juros corresponderam a cerca de três contos com uma média de pouco mais de um quarto de conto de réis. Por outro lado, as dívidas passivas totalizaram 6:258\$776 réis, que foram paga com a arrematação da chácara. Como ocorreu freqüentemente, as dívidas ativas não serviam para o pagamento das passivas, pois provavelmente as dificuldades da cobrança e execuções impossibilitavam a sua transformação em dinheiro de forma rápida. A maior liquidez dos imóveis e, em especial, dos escravos atraía os credores. A maioria das dívidas passivas de Antonio Bastos foram contraídas com comerciantes e empresas de comércio de fazendas no Rio de Janeiro, em geral atacadistas.¹³ Entre elas destacaram-se a Rocha & Lemos e a Sales & Machado.

Além destes seis comerciantes, dois agricultores de vulto também realizaram atividades comerciais, mas marginalmente. Tais indivíduos não podem ser considerados como comerciantes. Destarte, analisamos em separado o comércio desenvolvido pelos dois, pois não era a atividade principal deles. Podemos citar o exemplo de Manoel José da Silveira (nº 101), grande cafeicultor e possuidor de loja. Em 1836, ele detinha 36 cativos e tropa e exportou mil arrobas de café por dois contos de réis. Quando do seu falecimento em 1842 registrou-se em seu inventário: “*uma morada de casas térreas na mesma vila e junto as de sobrado, forradas, com armação de loja, e venda, com dois catres e uma marquesa*”, avaliados por 1:008\$000 réis (nº 101 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena). Além dos mais de cinquenta escravos, ele possuía cerca de onze contos de dívidas ativas (16,7% do total de bens inventariados).¹⁴ Entre estas existiam 156 empréstimos por conta de rol no valor de quase dois contos e meio de réis (22,3% das dívidas). A quantia média emprestada sob esta condição foi de apenas 15\$870 réis. As 26 dívidas por crédito somaram mais de três quartos do conjunto delas e apresentaram o valor médio de 330\$434 réis. A rentabilidade da cafeicultura sobre o patrimônio bruto inventariado em 1842 foi de 2,8%, considerando apenas o rendimento do café em 1836. Tal procedimento subestimou o retorno dos bens de Manuel José da Silveira por não incluirmos a receita da loja e dos créditos, em função da ausência de informações. Se pudéssemos atribuir um retorno de 20% ao ano sobre os seus créditos, taxa de juros usual à época, a rentabilidade aumentaria para 5,9% de sua riqueza bruta.

Outro exemplo de cafeicultor com loja de fazendas secas foi Francisco Godoy Bueno (nº 42). Embora sem a informação de quando ele iniciou a atividade mercantil, a primeira colheita de café foi de 1824. Na década de 40 já havia indícios de loja. Em 1836, o rendimento consistiu apenas de 1.000 arrobas de café, vendidas por 2:000\$000

José Ribeiro dos Santos (nº 140), com pouco mais de seis contos de faturamento. (Cf. Evangelista, 1978, p. 99)

13 Não foi possível precisar os valores pagos pelas dívidas em função da contestação apresentada pelo filho Rodrigo do inventariado.

14 As dívidas passivas somaram quatro contos e meio de réis, entre as quais se destacou a devida ao Padre Joaquim Ferreira da Cunha (quase dois contos de réis).

réis para o Rio. O patrimônio bruto alcançado em 1847 constituiu-se de mais de 65 contos de réis, que permitiu uma rentabilidade de 3,1% em função do rendimento de 1836. Todavia, novamente, o retorno da loja não foi computado. No inventário constava uma “*loja de fazendas secas e tudo o mais pertencentes a mesma loja o que tudo sendo visto segundo o balanço junto foi avaliado a vista do mesmo balanço com o rebate de 30%, sobre o mesmo balanço, visto achar-se alguns gêneros da loja deteriorados 3:334\$909 réis*”. (Nº 242 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena) Para o pagamento de trinta e oito contos em dívidas passivas, a loja foi arrematada por 2:658\$915 réis. A fazenda com suas terras, 60.000 pés de café e mais de trinta escravos também arremataram-se em praça pública para o pagamento dos empréstimos. As dívidas com comerciantes do Rio de Janeiro somaram pouco mais de dez contos de réis e com os moradores de Guaratinguetá, Cunha e Parati quase dezoito contos. Os comerciantes e capitalistas da localidade ainda mantinham créditos de mais de sete contos, entre eles Joaquim José Moreira Lima que era seu concunhado detinha uma dívida de quatro contos a prêmio de 18% ao ano. As palavras do próprio Francisco Godoy Bueno a um comerciante do Rio de Janeiro às vésperas do seu falecimento mostram a situação financeira delicada em que se encontrava:

“Lorena, 14 de junho de 1846

Amigo e Sr.,

Acuso o recebimento das fazendas que me remeteu conforme o meu pedido, e agradeço-lhe a prontidão com que me serviu, eu empregarei todos os meios a fim de fazer-lhe alguma remessa de dinheiro, o que não me tem sido possível fazer até agora.

Eu vou melhorando, e espero que logo me restabelecerei”. (nº 242 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena)

Outros indivíduos transformaram-se em comerciantes. O tropeiro Joaquim Guedes de Castilho alcançou o rendimento de 400\$000 réis em 1828. Nesta atividade, ele contou com os seus oito escravos. Em 1835, Joaquim Castilho iniciou o cultivo do café e colheu dez arrobas do produto. Todavia, tal cultura não foi adiante e, em 1850, recebeu a designação de negociante, sem especificação. No seu inventário de 1858, as fazendas secas constantes do balanço somaram 1:731\$325, mas os avaliadores descontaram 30% pelo estado das mercadorias, as quais foram reavaliadas em 1:211\$928 réis (11,0% da sua riqueza). Os demais bens consistiram nas casas de sobrado onde mora, avaliadas por três contos, e nos pastos e terras de cultura, apreciados por três contos e meio. Os seis escravos avaliaram-se por 8:300\$000 réis. Os três animais de tropa foram apreciados por pouco mais de cem mil réis. O patrimônio alcançou os onze contos de réis. Por outro lado, as dívidas passivas chegaram a 5:722\$007, especialmente com comerciantes de fazendas do Rio de Janeiro. Um comprovante de débito informava o seguinte negócio: “*Rio de Janeiro, 7 de no-*

vembro de 1857, Sr. Joaquim Guedes de Castilho a Rodrigues Sampaio comprou um prazo de 12 meses e na falta juros de 1% importância da fatura original desta data 1:112\$135 réis (...)” e outro “(...) pela importância de fazendas compradas neste mês [janeiro de 1857] com (...) a conta entregue que ficou em seu poder 1:797\$077 réis (...)”. (nº 370 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena) O total da dívida com Rodrigues Sampaio atingiu quase três contos quando da realização do inventário. Joaquim José Moreira Lima também foi credor do inventariado na quantia de 412\$216 réis, resultante de saldo de contas, crédito e prêmios junto a Moreira Lima até esta data.

A taxonomia utilizada nesta seção permitiu a compreensão dos “pequenos comerciantes” e negociantes de fazendas/agricultores/usurários presentes em nossa amostra. Os últimos mostraram-se mais ricos que os primeiros. O crédito apresentou uma relevância muito elevada tanto na venda como na compra de mercadorias. O comércio de fazendas secas implicou na contração de dívidas com os comerciantes atacadistas do Rio de Janeiro, em função do fluxo de mercadorias desta praça. Algumas vezes houve dificuldades com a manutenção desta atividade em função do endividamento. De outro lado, a cobrança das dívidas por rol ou livro era de complicada execução. Por fim, o crédito e os mais destacados usurários serão analisados nas duas próximas seções do artigo, embora alguns deles mantivessem lojas de fazendas secas e cafezais.

2. O CRÉDITO NA GESTAÇÃO DA ECONOMIA CAFEIEIRA

O crédito assumiu um papel fundamental na formação da economia cafeeira na vale do Paraíba durante o século XIX. Tais empréstimos constituíram complemento essencial para os recursos advindos de heranças, dotes, de outras atividades e localidades. As fontes destes créditos poderiam ser locais ou de outras regiões e sob diversas formas. Stanley Julian Stein, ao estudar a localidade de Vassouras (RJ) durante o século XIX, observou a importância dos créditos para a cafeicultura:

“Existiam também fazendeiros das vizinhanças dispostos a emprestar dinheiro a juros, e alguns deles amealharam fortunas consideráveis fazendo empréstimos judiciosos. Na impossibilidade de recorrerem a essas fontes de crédito, ou desejando suplementá-las, podiam ainda recorrer aos capitalistas da localidade como, por exemplo, os membros da família Teixeira Leite. Durante quase quarenta anos essa família desempenhou importante papel suprimindo as necessidades de crédito do Município de Vassouras. (...) Mais importante ainda, talvez, tenha sido o fato dessa família contar desde o início com o apoio financeiro de parentes de Minas Gerais”. (Stein, 1961, p. 20-21)

Os empréstimos a juro destes capitalistas envolviam garantias a respeito do pagamento futuro. Além do papel passado pelo próprio punho do devedor, assumindo a dívida, ocorria o comprometimento dos bens presentes e futuros com o credor. Algumas vezes e principalmente a partir do Código Comercial de 1850 as hipotecas passaram a garantir os débitos quando os valores transacionados foram elevados. A cobrança dos títulos sempre fora muito onerosa e demorada. Os Teixeira Leite procuraram manter contato com os comissários dos cafeicultores que lhes deviam. Segundo Stein as garantias e relações de amizade e parentesco foram fundamentais para o sucesso destes capitalistas:

“Os empréstimos feitos por estes capitalistas eram garantidos por hipotecas. A execução desses títulos por falta de pagamento envolvia muitos membros da família do credor em transações imobiliárias, conquanto nem Francisco José nem seus irmãos houvessem jamais administrado por muito tempo qualquer fazenda importante. A maneira mais segura de cobrar uma dívida era fazê-lo pelo intermédio do comissário do fazendeiro, no Rio. Mantinham os Teixeira Leite contatos íntimos com os grupos comerciais da capital, onde membros da família tinham participação nas casas comissárias”. (Stein, 1961, p. 21-22)

A última fonte de crédito relacionada por Stein foram as casas comissárias do Rio de Janeiro.¹⁵ Porém tais recursos só poderiam estar disponíveis depois do início da atividade cafeeira e, em geral, aos maiores proprietários. Tais créditos assumiram a forma de adiantamentos sobre os quais se cobravam juros. Mais tarde, os cafeicultores já decadentes passaram a depender dos empréstimos fornecidos pelas casas bancárias, que incorporaram as casas comissárias falidas. Nas palavras do autor:

“De 1850 a 1864, época do fastígio cafeeiro do município, os comissários do Rio faziam adiantamentos a seus clientes de Vassouras mediante garantia das safras futuras, aos juros anuais de 12 a 18%. Não obstante, as condições financeiras na praça do Rio não garantiam a independência e a prosperidade das casas comissárias. Ao entrar em declínio o município, tornaram-se os fazendeiros de Vassouras gradativamente dependentes de uma nova instituição de cunho menos individual: as casas bancárias”. (Stein, 1961, p. 22-23)

15 Uma fonte de recursos foram também as Irmandades. Rae Flory ao estudar a Bahia de 1698 a 1715, verificou a elevada participação destas instituições na concessão do crédito (45,3% do total). Os comerciantes e senhores de engenho participaram com 33,5% das dívidas (Apud Schwartz, 1988, p. 181). Segundo Stuart Aschwartz, a parcela das Irmandades no crédito reduziu-se aop longo do século XVIII e a maioria dos seus

Os Lacerda Werneck mantinham fazenda de café em Vassouras. Eduardo Silva, ao estudar essa família, verificou a dificuldade do Barão de Pati do Alferes em honrar débitos utilizados para a compra de uma fazenda em 1859. Nas palavras do próprio Barão, numa carta, as seguidas safras ruins impossibilitaram a realização dos pagamentos em dia:

“Deu causa ao atraso deste pagamento não ter tido café em cinco safras consecutivas fazendo a perda por um terreno médio a diferença de 400 e tantos contos, (...) as safras de 50 a 60 mil arrobas passaram a 16 e a 18!!! (...) as estações mudaram, e entorpeceram a produção, e o produtor fica de braços cruzados sem poder ressarcir o seu crédito! Há muito devia eu estar quite de dívidas mas não o pude conseguir”. (Apud Silva, 1984, p. 173) Em outra carta de 1858: “Desta forma meu amigo não há homem de bem, nem quem tenha palavra. Este ano só duas fazendas têm alguma fruta as outras estão vazias, de forma que pouco passará de trinta mil arrobas”. (Apud Silva, 1984, p. 174)

A queda da produção e da produtividade aliada às elevadas dívidas amarguraram o Barão. Em 1859, ele devia vinte e quatro contos ao seu comissário, sem o pagamento de juros. Como este comissário retornou a Portugal, o Barão contratou outro comissário que assumiu a dívida, mas passou a pagar o prêmio de 9% ao ano. No segundo semestre de 1860 as dívidas já somaram trinta e oito contos. Eduardo Silva em face desta nova realidade afirmou:

“As dívidas se acumulam, os cafezais se mostram deteriorados, o escravismo periclitante, mas, apesar desses prenúncios de crise, a empresa crescera e as gerações futuras continuariam no mesmo caminho... ‘a vaca embora esteja cheia de lepra, há de dar leite que chegue para todos!!!’, como disse o Barão”. (Silva, 1984, p. 175)

Flávio Azevedo Marques de Saes estudou o crédito e os bancos paulistas durante a segunda metade do século XIX. As três fontes principais de empréstimos foram os comerciantes, comissários e capitalistas. Todavia, o crédito fornecido pelo comissário e comerciante mostraram-se limitados e o dos capitalistas muito caro:

“O crédito do comissário não podia oferecer tais condições de prazo: quando muito podia esperar a época da safra para cobrar os adiantamentos

empréstimos concentraram-se nas mãos dos Senhores de Engenho abastados, com juros reduzidos. Em nosso estudo, as Irmandades do Santíssimo Sacramento e de N. S. da Piedade apresentaram uns poucos empréstimos com valores baixos, não representando nem 1% do total. Para Maria Bárbara Levy as confrarias religiosas e os mercadores constituíam as únicas fontes de crédito disponíveis durante o século XVII. (Levy, 1979, p. 85-86)

realizados. O crédito a longo prazo, portanto, era raro e quando disponível implicava em elevadas taxas de juro. Aliás, as queixas da lavoura contra a taxa de juro são constantes e referem-se tanto ao nível quantitativo dos juros, quanto ao seu significado econômico". (Saes, 1986, p. 67)

As elevadas taxas de juros implicaram constantes reclamações dos agricultores e habitantes de diversas localidades. Flávio Saes definiu: "o nível vigente da taxa de juros no intervalo de 12 a 18% ao ano." (Saes, 1986, p. 68)¹⁶ Quando o crédito bancário assumiu grande importância no financiamento da cafeicultura a forma de empréstimo mais comum passou a ser o hipotecário. AS taxas de juros do Banco do Brasil e do Banco de Crédito Real foram atraentes: 6% com prazo de 20 anos no primeiro caso; 8% para prazos de 5 a 10 anos e 9% para 15 a 20 anos no segundo caso. Tais hipotecas atraíram os cafeicultores e modificaram as formas do crédito dos capitalistas.

Afonso de Escragnolle Taunay apontou um grande crescimento das hipotecas imobiliárias na província do Rio de Janeiro entre 1859 e 1864. Os recursos emprestados concentraram-se nas três províncias cafeeiras, que mantinham cerca de três quartos do total em 1859. Cinco anos mais tarde o volume dos compromissos chegaram a dobrar, atingindo o valor de quarenta mil contos de réis. (Cf. Taunay, 1939, v. 4, t. II, p. 155) O crédito hipotecário não se restringiu aos bancos, mas os capitalistas passaram a utilizá-lo. Taunay, citando Van Delden Laerne, mostrou, em 1883, o alto grau de endividamento da cafeicultura no vale do Paraíba. Das mais de mil fazendas hipotecadas com o Banco do Brasil, Predial, Crédito Real de São Paulo em quatro províncias, 409 foram de áreas de café do vale paulista e fluminense (39,8% do total). Em Lorena, encontraram-se hipotecadas três fazendas, que tinham mais de três mil hectares, 791.000 pés de café e apenas trinta escravos. Os empréstimos para as três fazendas foram de 174 contos de réis, dos quais ainda restavam pagar 168 contos. (Apud Taunay, 1939, v. 7, t. V, p. 383-393) O próprio Stanley Stein verificou nos inventários de Vassouras um quadro de crescente endividamento:

"Documentos dos arquivos dos cartórios de Vassouras e relatórios publicados (...) davam aos representantes dos banqueiros a impressão da crescente precariedade das condições agrícolas locais. Frases tais como 'sobrecarregado de enorme dívida', 'a fazenda não pode saldar seus compromissos', e 'minha dívida é tão vultosa que sua cobrança consumiria toda a herança' eram comuns nas décadas de 50, 60 e 70. Durante essas décadas, os fazendeiros não saldavam seus compromissos, conquanto alguns evitassem a falência fundindo diversas dívidas num único compromisso mais importante. Um relatório da década de 80 declarava que 'muitos poucos' fazendeiros estavam isentos de dívidas". (Stein, 1961, p. 291-292)

16 Os títulos públicos da época pagavam, em geral, juros de 6% ao ano. (Cf. Calogeras, 1960, p. 66).

As dívidas e passivas apresentaram uma importância significativa nos inventários por nós compulsados. O total das primeiras alcançou quase 887 contos de réis (32,9% do patrimônio bruto) e as segundas 278 contos (10,3% da riqueza total), sem incluir Joaquim José Moreira Lima. Houve o amplo predomínio dos créditos ativos das pessoas de nossa amostra. Além disto, grande parcela dos débitos compreenderam indivíduos da própria localidade. As dívidas passivas com moradores da província do Rio de Janeiro atingiram o valor de vinte e três contos de réis (8,5% do total), as quais foram realizadas quase em sua totalidade por comerciantes de fazenda seca (98,5%).¹⁷ De outro lado, os empréstimos de habitantes de Minas Gerais chegaram a três contos e meio de réis (1,3% do conjunto), que consistiram especialmente de transações com animais, aguardente e outros bens. Por fim, os créditos fornecidos por indivíduos de outras localidades paulistas somaram trinta e um contos de réis (11,3% das dívidas), desde dinheiro a juros a vendas de animais. Assim, o total das dívidas passivas com outras localidades atingiu quase sessenta contos de réis, mas apenas cerca de um quinto do conjunto delas (21,2%).¹⁸

João Fragoso em sua tese de doutoramento procurou mostrar, no capítulo V, uma relação dependência entre a *plantation* e o capital mercantil residente no Rio de Janeiro durante o século XIX. A primeira representada pelos cafeicultores de Paraíba do Sul (RJ) e o segundo pelos comerciantes da praça do Rio de Janeiro. O elo de ligação dos dois grupos seria o crédito fornecido pelos últimos aos primeiros para a criação e reprodução da *plantation* naquela região. As palavras do autor evidenciam tal posição:

"(...) nota-se que, em geral, o custeio da agricultura em Paraíba do Sul majoritariamente é feito por um capital proveniente da praça mercantil do Rio de Janeiro. Isso implica em afirmar que tal sistema, no seu processo de reprodução, alimenta uma acumulação mercantil que lhe é exterior. A sua produção representa transferência de parte de seu sobre trabalho, via circulação, para outra região, para a acumulação mercantil aí situada. Desse modo, a agricultura cafeeira estaria subordinada a um capital mercantil carioca". (Fragoso, 1990, p. 374)

Ao consultarmos o quadro nº 84 de sua tese percebemos uma superioridade do capital residente na praça carioca em relação ao capital próprio das pessoas de Paraíba do Sul no período de 1840 a 1885, mas de apenas 51,3% dos créditos para o primeiro e de 48,7% para o segundo. (Cf. Fragoso, 1990, p. 653) De fato, a importância do crédito local rivalizava com os empréstimos do município do Rio de Janeiro.

17 Nesse último cômputo incluímos Francisco Godoy Bueno, que era cafeicultor, mas mantinha loja de fazendas secas.

18 Em vários casos, utilizamos a ausência de identificação da origem do devedor como sinal de ser morador da localidade, pois os indivíduos de outras regiões declararam tal informação.

Isto ocorria numa localidade muito mais próxima e com maior influência da capital do Império. Ademais, o cultivo da rubiácea em Paraíba do Sul começou em momento posterior à localidade por nós estudada, permitindo a maior participação de comissários e de bancos sediados no Rio de Janeiro. Assim, como vimos acima, em Lorena, a presença e a subordinação dos agricultores pelo capital mercantil carioca foi muito menor do que em Paraíba do sul e nem ao menos passou pela intermediação dos comerciantes locais.

Maurício Alves verificou a mesma situação em Taubaté de 1680 a 1729. Segundo o autor, tanto as dívidas passivas como as ativas estavam na grande maioria das vezes em mãos de residentes locais:

“Em todo o período estudado a participação de capitais externos à vila de Taubaté corresponde ao máximo de aproximadamente um quinto das dívidas. O maior valor das dívidas passivas externas (empréstimos tomados de moradores de outras localidades) é de 20,54%, na década de 1680. (...) A cadeia de adiantamento-endividamento dá-se majoritariamente com capital residente, indicando uma capacidade interna de autofinanciamento. A montagem de um sistema agro-exportador no século XVIII, nos moldes preconizados por Caio Prado Jr. (Latifúndio, monocultura e escravidão negra), faz-se por recursos endógenos à vila de Taubaté”. (Alves, 1995, p. 62-63)

Júnia Furtado percebeu a importância do financiamento local para os negociantes mineiros no século XVIII. Embora não realize uma quantificação da origem dos recursos, a autora chegou a afirmar: *“Os grandes atacadistas estabelecidos nas Minas tornaram-se importante linha de crédito interno, o que fez com que o pequeno comércio recorresse a esses em busca de financiamento”.* (Furtado, 1996, p. 143) Havia ainda a participação dos atacadistas do Rio de Janeiro, Bahia e, em alguns casos, Portugal.

Sheila Faria também observou, em Campos no século XVIII, o isolamento das transações de crédito entre os agricultores e os moradores do Rio de Janeiro neste momento. A autora chegou a a formar:

“Esclarecedor, neste sentido, foi o fato de que de 154 produtores rurais, somente quatro tiveram dívidas passivas com pessoas do Rio de Janeiro, o que demonstra uma relação direta eventual com este mercado, ao mesmo tempo em que se coloca praticamente todo o financiamento no circuito mercantil local”. (Faria, 1994, p. 124)

Os comerciantes de fazenda e usurários por outro lado mantinham quase dois terços de suas dívidas passivas com moradores no Rio de Janeiro, o que poderia indicar a intermediação deles entre o capital carioca e a *plantation*. Todavia, os empréstimos tomados corresponderam a uma pequena parcela do patrimônio

dos mercadores (cerca de 13% do total). Os pequenos comerciantes não detinham dívidas com os cariocas. Entretanto, os créditos assumidos com moradores da região representavam 50,8% da riqueza dos menores mercadores. Uma pequena elite residente em Campos concentrava o monopólio do crédito local: “*A liquidez do mercado regional estava nas mãos de um grupo restrito: usurários e comerciantes de fazendas, e eram eles que bancavam a manutenção e reprodução da lavoura e da indústria açucareira e atividades criatórias, através do empréstimo ou investido, eles próprios, em bens agrários*”. (Faria, 1994, p. 124-125) Destarte, a dependência do capital residente na praça mercantil do Rio de Janeiro foi muito menor do que a enfatizada por João Fragoso.

Uma rede de financiamento parece ter sido constituída. De um lado, os pequenos mercadores e os agricultores com um todo tomavam empréstimos dos maiores comerciantes locais.¹⁹ Por outro lado, os negociantes de grosso trato da cidade do Rio de Janeiro detinham, em geral, dívidas ativas com os comerciantes locais, à exceção da elite mercantil local. A expansão das casas comerciais e, posteriormente, bancárias permitiu o crescimento do crédito carioca para a cafeicultura.

O grupo dos usurários em nossa amostra foi constituído não apenas pelos comerciantes e capitalistas, mas alguns agricultores em geral de grande porte participaram desta elite.²⁰ Por exemplo, o Capitão-mor Manoel Pereira de Castro possuiu 56 escravos e engenho em 1829.²¹ A produção agrícola nesse ano compreendeu 150 barris de aguardente, 50 arrobas de açúcar e 100 arrobas de café. Em 1835, o rendimento destas atividades alcançou dois contos de réis. Quando do seu inventário em 1847, o patrimônio chegou a oitenta e sete contos de réis.²² Se compararmos o retorno de 1835 com a riqueza inventariada em 1847, a rentabilidade foi de apenas 2,3%. Todavia, no seu inventário constaram 70 dívidas ativas, sendo seis dos próprios herdeiros. Os demais financiamentos somaram seis contos e meio de réis. Os

19 Júnia Furtado analisou as devassas aclesiásticas em Minas Gerais e percebeu o grande número de acusações de usura contra os comerciantes (45% dos mercadores processados sofreram tal acusação). Até mesmo três padres foram processados por este motivo. As acusações chegaram a imputar a um destes comerciantes a cobrança de taxas de juros de 20% ao ano. (Cf. Furtado, 1996, p. 149-150)

20 O próprio João Fragoso verificou a existência de tais atividades mútuas, denominadas de categoria fazendeiro-capitalista. Para ele as ações usurárias corresponderiam a operações de curta duração e subordinadas à manutenção de uma posição hierárquica, por meio da propriedade de terras e escravos e não mediante o fornecimento de crédito. (Cf. Fragoso, 1990, p. 455-461)

21 Ele era filho do Capitão-mor Manuel Domingues Salgueiro, nascido em 1777. Ele mantinha loja de fazenda seca no ano de 1799. Um comprovante de dívida publicado por Carlota Pereira de Queiroz informa: “*Devo que pagarei ao senhor Capitão Manoel Pereira de Castro a quantia de 10\$830 réis procedidos de fazenda que comprei em sua loja e recebi a meu contento tanto em preço como em bondade (...)*”. (Queiroz, 1969, p. 286)

22 Ele recebeu a nomeação de Oficial da Ordem da Rosa em 1846, prestando juramento por procuração em função de sua doença. (Cf. Queiroz, 1969, p. 48)

23 empréstimos por crédito (a juros) representaram 87,3% do total das dívidas ativas. Por outro lado, os empréstimos sem crédito compunham 12,7% do conjunto. Assim, parcela significativa da sua riqueza foi alocada em créditos. Tais dívidas a crédito deveriam gerar algum retorno, aumentando a rentabilidade seu patrimônio. Se a taxa de juros usual nesta época foi de 19%, o retorno dos empréstimos com crédito seria de cerca de um conto de réis, o que elevaria a rentabilidade a 3,4%.²³

As taxas de juros revelaram-se elevadas, conforme a Tabela 6.1.²⁴ De 1830 a 1850 a taxa média de juros foi de cerca de 20% ao ano. Nas duas décadas seguintes, os valores médios das dívidas cresceram, mas os prêmios reduziram-se a 15% e 16% ao ano, respectivamente. Talvez o fim do tráfico tenha provocado um aumento na oferta de recursos. Ademais, as crises do final dos anos 50 e início dos 60 atuaram também no sentido da redução da concessão de crédito. Os riscos com os empréstimos aumentaram significativamente. Os empréstimos apresentaram uma assimetria nas taxas de juros cobradas dos pequenos e grandes créditos. Os maiores valores emprestados pagaram prêmios menores do que os pequenos financiamentos. Os 55 créditos inferiores a dois contos possuíram em média uma Taxa de juros de 19% ao ano. Por outro lado, os empréstimos de dois ou mais contos apresentaram taxas médias de juros de 14% ao ano.²⁵

TABELA 6.1
EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DA TAXA DE JUROS (1830-1872)

PERÍODO	NÚMERO DE CRÉDITOS	TAXA MÉDIA DE JUROS (AO ANO)	VALOR MÉDIO DOS CRÉDITOS	TOTAL
1830-39	9	20	2:315\$521	20:839\$692
1840-49	30	19	2:016\$776	60:503\$270
1850-59	19	15	2:495\$472	47:413\$971
1860-72	24	16	2:845\$010	68:280\$236
Total	82	17	2:402\$892	197:037\$169

Obs: Só consideramos os créditos ativos e passivos dos indivíduos de nossa amostra com a informação da taxa de juros

- 23 Outro exemplo poderia ser João Gonçalves Barros (nº 54), que mantinha atividades agrícolas. Durante os anos vinte do século XIX cultivou o milho, feijão, arroz, farinha e café. No seu inventário de 1832 constavam 9.000 pés de café, engenho e dez cativos. Todavia, ainda possuía 236 dívidas, sendo a totalidade das mesmas identificadas como de crédito. O valor das dívidas ativas chegou a seis contos de réis, cerca da metade do patrimônio.
- 24 Sérgio Buarque de Holanda no prefácio ao livro O Barão de Iguape de Maria Thereza Schorer Petrone procurou explicar: “*Como os negócios a crédito eram de uso amplo naquelas minas [de Cuiabá] e os devedores não tinham, em geral, muita pressa em saldar débitos, quando os saldavam, é de supor que resultariam em grandes lucros para quem se sujeitava a tamanhos riscos*”. (Petrone, 1976, p. XVIII)
- 25 Deste total de créditos, oito pertenceram a indivíduos de outras localidades, somando pouco mais de vinte contos, e dois foram hipotecas, totalizando dezoito contos. Os

Essas taxas devem ser consideradas em relação ao quadro de opções disponíveis para investimento à época. Pedro Carvalho de Mello estudou o mercado financeiro e de capitais de 1871 a 1888. Para ele, as taxas consultadas apresentaram níveis elevados. Segundo o autor: “*Os bancos comerciais remuneravam, com taxas de juros, os depósitos à vista. Talvez esta fosse a menor taxa de retorno que poderia ser obtida ao se investir (ou depositar) seu dinheiro. Em média, as taxas de juros dos depósitos à vista, em termos reais, variavam na faixa de 4.5% a 5% [de 1870 a 1879]*”. (Mello, 1984, p. 226) Os títulos comerciais (Letras) de curto prazo (até um ano) pagavam taxas situadas entre 7% e 8% ao ano de 1876 a 1888. As apólices públicas propiciavam não apenas os juros, mas também ganhos de capital. A soma das duas remunerações permitia um retorno entre 4,5% e 6% ao ano entre 1874 e 1888. Por fim, as debêntures emitidas de estradas de ferro e carris de 1882-85 garantiu uma rentabilidade na faixa de 7% a 8% anuais, incluindo os ganhos de capital.

As ações de sociedade anônimas negociadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro possibilitavam uma oportunidade adicional de investimento. Pedro Carvalho de Mello calculou as taxas médias de rentabilidade das mesmas nos anos de 1877, 1878 e 1882, as quais se situavam de 11% a 12% ao ano. O panorama geral do mercado financeiro e de capitais poderia ser definido deste modo:

“(...) as taxas de retorno estimadas para oportunidades de investimento de curto prazo, e com um risco relativamente bem pequeno, tais como depósitos à vista em bancos comerciais e aplicações em títulos governamentais, variavam entre 4% e 6%. As taxas obtidas na aplicação em títulos privados, como debêntures e letras comerciais, variavam de 7% a 9%. Para os investimentos de longo prazo e com um risco relativamente alto, tais como aplicações em sociedades anônimas (e numa amostra que privilegiou aquelas de maior sucesso), as taxas de retorno variavam entre 9% e 11%, ou mesmo alcançavam 12%”. (Mello, 1984, p. 238)

No referente ao crédito aos cafeicultores, o próprio autor enfatiza a imperfeição do mercado, os problemas de comunicações e transportes e as crises econômicas explicariam as taxas de juros mais altas cobradas dos fazendeiros. Nas décadas de 70 e 80 a escassez de financiamento agrícola reduziu-se com a melhoria nos meios de

pequenos devedores que eram cafeicultores ainda estavam sujeitos às diferenças de preços do café segundo a sua forma de comercialização, vendido “na terra” (na localidade) e no Rio de Janeiro. Os produtores de café de menor porte vendiam predominantemente seu café “na terra” e recebiam um preço inferior ao dos cafeicultores com maiores recursos que comercializavam diretamente com o Rio. Tal diferença não se devia apenas aos custos de transporte, comissão e guia, mas também uma maior rentabilidade com a venda do café para o Rio conseguida pelos maiores cafeicultores. (Cf. Marcondes & Motta, 1997)

transporte e comunicação. Além disto, a partir de 1867, a intervenção do governo por meio do Banco do Brasil considerado pedidos de hipotecas permitiu um financiamento a prazo, mais longo e com taxas de juros mais reduzidas (fixadas em 6% e as amortizações em 5% anuais). Pedro Carvalho de Mello utiliza o trabalho de Joseph Sweigart baseado em Vassouras para reafirmar tal quadro:

"(...) os fazendeiros de café obtinham cerca de 40% de suas necessidades de capital das fontes locais. A maior parte desses emprestadores eram outros fazendeiros ou então comerciantes da cidade. Os empréstimos tinham por garantia hipotecas das propriedades rurais, o prazo era em geral de 2 a 4 anos e a taxa de juros oscilava entre 10% e 12%". (Mello, 1984, p. 244)

Joseph Sweigart analisou 235 empréstimos garantidos por hipotecas às fazendas de café, registrados em Vassouras de 1873-84 no valor de 4.441 contos de réis. Os credores denominados tradicionais eram os comissários de café (20,1% dos empréstimos), fazendeiros e outros indivíduos da região (35,3% das dívidas) e os comerciantes locais (5,6% do total). Estes empréstimos deveriam ser amortizados em três anos em média e possuíam as taxas de juros médias de 10,8%. Os bancos hipotecários detinham 39,0% dos créditos, sendo apenas o Banco do Brasil com 33,7%. Estas instituições emprestavam a taxas de juros de 6,9% e amortizáveis em 13,1 anos. (Apud Mello, 1984, p. 245) Assim, o crédito local ainda dominava o financiamento da cafeicultura, mas paulatinamente diminuía sua participação. As taxas de juros pagas aos credores da região foram as mais elevadas do período. Embora num período distinto, em nossa amostra, as taxas de juros encontradas superavam, e muito, às descritas por Sweigart e Mello. Tal diferença permitiu às pessoas que recebiam os prêmios um processo de acumulação de riqueza muito superior aos demais indivíduos selecionados. Os emprestadores apropriavam-se de parte do retorno possível dos tomadores em suas atividades, mas assumiam riscos elevados.

A diminuição da produtividade dos cafezais a partir de meados do século XIX agravou a situação dos cafeicultores endividados, aumentando os seus riscos dos fornecedores de crédito. Os problemas com a oferta de mão-de-obra também se acentuaram. Assim, em função deste quadro, Stanley Stein percebeu os indícios de uma economia em vias de desintegração, que foi exposta por ele neste trecho:

"Prenúncios de ruína já se apresentavam com clareza mesmo durante os anos de prosperidade, quando fazendas falidas se transferiam para os credores e quando empréstimos realizados para comprar escravos e produzir mais café não podiam ser amortizados. Mais tarde os preços do café flutuaram, os escravos se tornaram mais raros e dispendiosos, e as encostas virgens foram substituídas por colinas desnudas cobertas de cafezais velhos e improdutivos. (...) Não podiam nem pagar as dívidas acumuladas nem

obter novos empréstimos dos banqueiros de espírito prático e renitente. A despeito da grande extensão das propriedades a maior parte dos empréstimos concedidos às fazendas se baseavam no valor do contingente de escravos; e a iminência da abolição - repentina ou gradual, mas de toda forma inexorável - deixava os fazendeiros destituídos de garantias colaterais satisfatórias". (Stein, 1961, p. 255)

O quadro exposto acima por Stanley Stein deve ser compreendido com reservas. Robert Slenes (1986) em artigo a respeito da cafeicultura no Rio de Janeiro de 1850 a 1888 mostrou a manutenção do dinamismo econômico e, especialmente, da população escrava no vale do Paraíba fluminense até 1880. A decadência da região eclodiu apenas após essa data ao contrário do argumento de Stein, com a queda dos preços do café e a perspectiva geral de uma abolição próxima. Segundo Slenes, os fazendeiros da região não se encontravam à beira da bancarrota neste momento. O próprio comportamento dos bancos reflete tal situação:

"(...) o fácil acesso ao crédito de que os fazendeiros fluminenses dispunham no final da década de 1870 de forma alguma indica que eles estavam à beira da insolvência; ao contrário, constitui uma prova a mais de que as plantations nesse período davam lucros altos, e de que tanto fazendeiros quanto a comunidade financeira viam o futuro da cafeicultura com otimismo. Quando examinada mais de perto, a tese do domínio do capital comercial sobre os fazendeiros fluminenses cai como um castelo de cartas". (Slenes, 1986, p. 134)

O autor procura refutar as teses que defendem uma "mentalidade pré-capitalista" ou de uma relação de subordinação ao capital comercial por parte das fazendas fluminenses e, assim, o abandono do cultivo da rubiácea no vale do Oeste paulista. Para Slenes a racionalidade dos cafeicultores do vale seria tão grande quanto a dos produtores do Oeste paulista. Ademais, a expansão cafeeira continuou nesta região entre 1850 e 1881, com incorporação de uma crescente escravaria. A crise dos anos cinquenta e início dos sessenta pareciam atenuadas no anos setenta, quando se reduziu os custos de transporte em função das ferrovias e de financiamento graças à diminuição dos juros com o crédito bancário. Estes fatores permitiram um novo alento aos cafeicultores fluminenses. Como citado pelo próprio Slenes, Joseph Sweigart concluiu para o período:

"O fazendeiro certamente tinha suas obrigações financeiras, mas elas não impossibilitaram a acumulação de capital. Ao contrário, o acesso a dinheiro emprestado baseado na expectativa de renda proveniente de futuras vendas de café, estimulou a acumulação. O vigoroso comércio de importação do século XIX e o crescimento dinâmico da cidade do Rio como um centro

comercial, atestam a vitalidade da economia de exportação baseada no café. (...) Se as plantations tivessem simplesmente devorado o capital sem um retorno substancial, a economia inteira teria entrado em colapso depois da primeira queda dos preços [do café] na década de 1860". (Apud Slenes, 1986, p. 109)

A situação ao final dos anos setenta não era de insolvência dos cafeicultores do vale do Paraíba. Todavia, nesse período houve a transformação das formas de financiamento da cafeicultura, com a expansão do crédito hipotecário e bancário. A redução da fonte local de empréstimos pode indicar um crescimento menor do crédito global disponível aos cafeicultores. De outro lado, como posto por Slenes, as condições mais favoráveis de financiamento elevaram a demanda por crédito. Provavelmente tais recursos não se destinavam à expansão da atividade com a incorporação de novas áreas de cultivo ou a intensificação do uso da mão-de-obra cativa, mas para a sua manutenção (no mesmo patamar de produção) com a reposição dos cativos e o pagamento dos serviços das dívidas anteriores. Slenes chega a afirmar a existência de uma "agricultura de rapina" no vale durante as décadas de sessenta e setenta, que procura explorar ao máximo os condicionamentos da produção, terras, escravos e recursos financeiros. (Cf. Slenes, 1986, p. 140) Assim, devemos atentar para as condições delicadas dos produtores de café nesse momento.

3. ALGUNS CAPITALISTAS DO SÉCULO XIX

Nesta seção concentraremos a análise em três capitalistas: Padre Joaquim Ferreira da Cunha (nº 58), José Vicente de Azevedo (nº 88) e Joaquim Moreira Lima (nº 63). Tais indivíduos detinham a maior parte dos créditos concedidos na localidade durante o período. Somente os dois primeiros possuíam setecentos e onze contos de réis em empréstimos (80,2% do total dos inventariados). Se incluirmos Joaquim José Moreira Lima a participação no conjunto dos créditos dos três elevar-se-ia para 96,8%.²⁶

O Padre Joaquim Ferreira da Cunha nasceu em Caethê (MG). A primeira informação a seu respeito ocorreu no fogo de Ventura José de Abreu, grande proprietário de escravos e terras (ver Apêndice). Em 1820 e 1822, ele foi agregado de Ventura, com dois e três escravos, respectivamente. No ano de 1824, j

26 Além disto, tais indivíduos detinham os maiores patrimônios dos inventários compulsados. Os seus rendimentos deviam ser elevados. Urquiza Maria Borges realizou um estudo a respeito dos negociantes da cidade de São Paulo entre 1875 e 1880. Segundo os informes das Listas Gerais de Qualificação Eleitoral de 1876 a 1879, o grupo com os maiores rendimentos médios era dos capitalistas (5:223\$529 réis). Os fazendeiros e negociantes alcançaram rendas médias de 3:958\$333 réis, respectivamente. (Cf. Borges, 1979, p. 100-103)

a em seu próprio domicílio com seus quatro escravos, recebeu a designação de capelão aos trinta e cinco anos de idade. Joaquim da Cunha aparentemente ausentou-se da localidade durante os anos de 1825 a 1828, na oitava companhia, que mais tarde formará, provavelmente, a vila de Silveiras, o recenseador anotou a seu respeito: “*morador novo nada colheu*”. O número de escravos elevou-se a dez. Seis anos mais tarde o contingente cativo atingiu vinte e seis elementos. Nesse ano, ele colheu 200 arrobas de café vendidas a 2.000 réis cada. Em 1850, o Padre mantinha-se como lavrador e detinha 56 escravos. No seu inventário de 1879 contaram cerca de duzentos cativos, 79.000 pés da rubiácea e vinte animais.²⁷ O patrimônio somou mais de seiscentos contos. Joaquim da Cunha foi presbítero do hábito de São Pedro e cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Maria Helena Machado também utilizou o processo de Joaquim Ferreira da Cunha e percebeu a forma de acumulação de sua riqueza:

“Indivíduo empreendedor e morigerado em seus gastos e estilo de vida, o Padre havia, ao longo de sua vida, sabido apropriar-se de estratégias de enriquecimento já bem conhecidas, sobretudo nestas áreas onde as oscilações do mercado cafeeiro e a ausência de um sólido sistema de crédito institucional tornavam os fazendeiros capazes de dispor de capitais em espécie, o único recurso a que muitos proprietários, envolvidos na ‘roda viva’ da produção cafeeira escravista, podiam recorrer. (...) Nos moldes de outras grandes fortunas constituídas na mesma fase e região, como a dos Moreira Lima de Lorena, o processo de acumulação, nestes casos, fazia-se principalmente através da usura, que, dada a condição dos contraentes, acabava por converter a dívida em terras e escravos, num processo seletivo, que promovia constantemente a concentração das terras nas mãos de poucos privilegiados”. (Machado, 1994, p. 48-49)

Os bens de raiz e móveis foram avaliados por quase cinquenta contos de réis (7,7% do patrimônio). Em dinheiro, o Padre mantinha 21 contos em notas, 14 contos em moedas de ouro, 1 conto em moedas e 108\$500 réis em moedas de cobre (5,7% da soma). Por outro lado, as dívidas ativas alcançaram o valor de 518 contos (81,7% do total). Destes financiamentos 25 não foram recebidos, somando cinco contos de réis. Na casa comissária de Cornélio & Companhia do Rio de Janeiro, existia um crédito de 84 contos decorrente de “*quantia referida pela continuação das transações, remessas de café, juros e, apólices e outras quantias que o mesmo finado mandou entregar, ao mesmo correspondente*”. (1º Ofício - Cartório do Ofício Judicial de

27 O número preciso de escravos não foi possível calcular, pois eles se encontravam alforriados no momento da feitura do inventário dos bens, não sendo arrolados. Maria Helena Machado estimou em mais de 200 cativos o plantel do Padre. (Machado, 1994, p. 48)

Cachoeira Paulista) Os demais créditos privados consistiram de quase vinte e três contos (4,4% das dívidas). O crédito público totalizou cerca de quatrocentos contos, quase três quartos das dívidas ativas. Segundo Maria Machado, a partir das crises financeiras dos anos sessenta cresceu o interesse por títulos públicos:

“(...) a abertura de novos campos d investimento, na forma de apólices públicas, que, lançadas em 1865, tornavam-se a forma mais segura e rentável de investimento, atraindo os fazendeiros mais abastados; (...) transferindo pelas mãos dos mais abastados os recursos locais para o governo imperial, era devolvido à sociedade tanto na forma de uma remuneração segura dos aplicadores, quanto na escassez de moeda circulante, que realimentava os circuitos da monopolização dos recursos financeiros. Empréstando a fazendeiros e mesmo a profissionais urbanos, sob caução da hipoteca das propriedades do contraente, inclusive das terras (como se comprova do inventário já citado), a juros altos, de 12% ou mais ao ano, estes investidores repassavam seus recursos ao Estado, a juros de 6% ao ano, porém com garantia de liquidez imediata. Este processo, retirando os capitais da praça, restringia ainda mais a oferta de crédito aos lavradores necessitados”.
(Machado, 1994, p. 49)

A menor rentabilidade dos títulos públicos foi compensada com as melhores garantias de recebimento dos prêmios e amortizações neste momento. Como vimos, nas décadas anteriores os empréstimos aos agricultores não apresentaram problemas de solvência tão elevados quanto passou a ocorrer a partir da década de 50. Quando os riscos com os empréstimos aumentaram Joaquim da Cunha procurou uma forma mais segura de manter seu patrimônio. Dos dois processos de execução localizados, realizados por ele, ambos referem-se ao final dos anos sessenta. O primeiro foi de “*um crédito que lhe passou em 9 de setembro de 1863 da quantia de 2:040\$000, além dos prêmios*” [de 20% ao ano] (nº 36 - Cartório do Ofício Judicial de Cachoeira Paulista). O devedor teve os bens penhorados, entre eles 44 alqueires de terras, casa de morada, cafezais e engenho.²⁸ O segundo crédito executado atingiu mais de seis contos de réis em 1867, somando os vários empréstimos concedidos a partir de 1861. A taxa de juros cobrada neste crédito foi também de 20% ao ano. Neste caso, como o anterior, foram penhorados os bens: sítio, terras, cafezais, casas e mais benfeitorias, totalizando cerca de dez contos de réis. Como os bens não se arremataram pelo valor da primeira avaliação realizou-se outra, agora por oito contos. Ao final deste processo Joaquim Ferreira da Cunha obteve o sítio e as benfeitorias do executado.

28 Joaquim José Moreira Lima também possuía um crédito de mais de dez contos contra o mesmo devedor.

Outro caso importante foi o do Comendador José Vicente de Azevedo, que nasceu no Porto em 1799. Ele se casou com Maria da Guia, filha do Capitão-mor Manuel Pereira de Castro, em 1817. Nesta ocasião o dote constou de quatro cativos. A ocupação nessa época na primeira companhia de ordenanças da vila foi de negócio de loja de fazendas, com receita de 1:986\$455. Os produtos vendidos incluíram: 5 panos de linho, 23 de lã, 237 de algodão, 70 de seda, 30 dúzias de meias de algodão, 1 dúzia de meias de seda, 4 dúzias de chapéus e 6 retrós. Em 1826, a loja desenvolveu-se com um certo aumento, diversificação e até uma sofisticação das mercadorias transacionais: 10 panos de linho, 26 de lã, 200 de algodão, 50 de chita, 80 lenços, 80 gangas, 17 dúzias de meias de lã, 12 dúzias de chapéus, 6 panos de tecidos de seda, 20 linhas, 20 retrós, 6 resmas de papel. O total das importações alcançou sete contos, que foi o segundo maior entre todas as lojas da localidade. No ano de 1828, a recita provavelmente líquida da loja atingiu 2:620\$000 réis. O número de escravos chegou a seis elementos.

Em 1829, o plantel do Comendador José Vicente de Azevedo elevou-se a vinte e dois cativos. Seis anos depois os escravos foram dezessete. Nesse ano, José Vicente de Azevedo foi classificado como negociante de fazenda seca, bestas, mures e dinheiro a prêmio. O rendimento alcançou a cifra de seis contos de réis. Quando do seu falecimento em 1844, o patrimônio bruto atingiu 215 contos. Assim, a rentabilidade deveria ser de apenas 2,8%. De outra parte, no seu inventário constaram depósitos no Banco Comercial do Rio de Janeiro na quantia de 110 contos e na Caixa Econômica de 542\$200 réis. Bernardo de Souza Franco, em seu trabalho a respeito dos bancos do Brasil, mostrou o surgimento do Banco Comercial como resultante da associação de diversos capitalistas em 1838. Segundo ele, os depósitos a juro recebiam a remuneração de 4 a 4,5% ao ano. (Franco, 1984, p. 27-29) O rendimento dos depósitos no banco somado ao retorno verificado em 1836 produziria uma rentabilidade de 5,0% sobre a riqueza inventariada.

No inventário constaram duas casas de morada na vila e uma casa de sobrado na chácara apreciadas por cerca de cinco contos de réis. A chácara, terras e uma parte de terreno arrematadas em execução foram avaliadas por pouco mais de dois contos e meio de réis. O total de escravos atingiu 29 elementos, apreciados por mais de oito contos de réis. As dívidas ativas somaram 193 contos, que representaram 89,8% do patrimônio. Não foi arrolada nenhuma dívida passiva e os depósitos em casas bancárias corresponderam a 51,3% da riqueza. Os demais 111 créditos atingiram 83 contos de réis. Tais empréstimos muitas vezes resultaram em pendências judiciais. Em 1838, José Vicente de Azevedo processou o tenente Manoel Antonio dos Santos por uma dívida de um conto de réis:

“(...) ele outorgante deve ao outorgado a quantia de 1:000\$000 réis provenientes de fazenda seva, e dinheiro de prêmio, e para cuja satisfação hipoteca um sítio, terras e mais benfeitorias que possui no distrito desta vila no lugar denominado Sapé bem como mais um cafezal nas terras de José Pais

de Moraes (...) para a segurança da dita dívida por tempo de um ano em dois pagamentos iguais e não pagando o dito tempo lhe pagaria a um por cento ao mês o tempo que ao credor convier (...).” (nº 142 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena)

Uma ilustração da importância do crédito na constituição da economia cafeeira loreense foi o caso de Máximo Ferreira da Silva (nº 96). Ele produziu, em 1828, 60 arrobas de fumo, 120 alqueires de milho e oito cevados, que geraram uma receita de 120\$000 réis. Nessa data a sua posse escrava atingiu quatro elementos. No ano de 1835, Máximo da Silva mantinha três cativos e passou a fabricar aguardente, produzindo 200 canadas nesta atividade, vendidas por 400\$000 réis. Um ano mais tarde contraiu o seguinte empréstimo:

“Devo que pagarei ao Sr. José Vicente de Azevedo, a quantia de 2:000\$000 réis. Dinheiro em notas do Rio, que recebi a prêmio, cuja quantia de 2:000\$000 réis pagarei ao dito Sr. ou a sua ordem da fatura desta a dois anos em seis pagamentos iguais, e na sua falta 1,5% ao mês, conforme tratamos, e a lei nos permite, para, o que me obriga todos os meus bens e por todo o referido ser verdade mandei passar o presente tão somente por mim assinado. Lorena 14 de novembro de 1836”. (nº 180 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena)

A partir dessa data Máximo da Silva investiu seus recursos e os do empréstimo na faina cafeeira. A comercialização do café foi realizada pelo próprio credor em 1842; José Vicente de Azevedo anotou no comprovante de débito de Máximo da Silva: “Recebi em 27/4/1842 líquido de 42 @ e 16 libras de café vendido no Rio a 2900. Tirando 900 réis de carretos, frete do Barco, comissão e guia 85\$098”. (nº 180 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena) Além deste, o devedor realizou até essa data seis pagamentos de cerca de 100\$000 réis cada um. O prematuro falecimento de Máximo da Silva, ainda em 1842, aos 43 anos provocou a cobrança do crédito. Nesse momento, o seu plantel alcançou 8 elementos. Provavelmente, tal acréscimo resultou da aplicação dos recursos emprestados. O patrimônio bruto somou mais de oito contos. Todavia, as dívidas passivas atingiram cerca de cinco contos. Só o empréstimo de José Vicente de Azevedo totalizou 2:832\$541 réis, apesar dos pagamentos efetuados. Joaquim José Moreira Lima possuiu também um crédito de pouco mais de um conto e meio de réis.²⁹ A arrematação dos bens consumiu sete escravos, a casa na vila, dois machos, um alambique, quatro animais e parte das terras. A viúva conseguiu manter o cafezal de 8.00 pés, um escravo e o restante das terras.

O Comendador Azevedo teve uma forte atuação na política local, como chefe do Partido Conservador. Ademais, ele foi da Guarda de Honra do Imperador e

29 Este empréstimo começou a partir de um crédito firmado em 1840 no valor de 854\$000 réis com o prazo de 1 ano e uma taxa de juros de 24% ao ano.

cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. O patrimônio alcançado não foi superior pelo seu precoce falecimento, aos 44 anos de idade. Ademais, não encontramos registro de alguma produção agrícola realizada por ele.³⁰ A viúva assumiu o lugar do marido, com auxílio do cunhado e dos genros. Augusto Emílio Zaluar, em sua passagem pela localidade durante 1860/1861, destacou entre os prédios da vila: o de D. Maria Pereira da Guia e Azevedo, viúva, João José Antunes Guimarães e João José Rodrigues Ferreira, genros, e o Joaquim José Moreira Lima, concunhado. (Zaluar, 1975, p. 75)

A importância do crédito atingiu o maior vulto na vida de Joaquim José Moreira Lima (1807-1879), a quem nos deteremos com maior atenção. Ele era português, como a maioria dos comerciantes e caixeiros. No início da terceira década do século XIX, José Vicente de Azevedo, casado com a filha do Capitão-mor Manuel Pereira de Castro, convidou o jovem Moreira Lima para trabalhar em sua loja de fazenda seca. Tal parceria resultou, mais tarde, na constituição de sua própria loja como era comum nesta época. No dia 25 de abril de 1827, ele se casou com Carlota Leopoldina de Castro, outra filha do mesmo Capitão-mor. (Cf. Rodrigues, 1942, p. 151)

Em 1828, já residindo em seu próprio domicílio na primeira companhia de ordenanças da vila de Lorena, a sua loja de fazenda seca apresentou a receita de 450\$000 réis. Nesta data, Moreira Lima possuía três escravos recebidos em dote do sogro, como também um cavalo. No ano seguinte, a escravaria cresceu para seis elementos. Em 1835, o negociante de fazenda seca alcançou o número de dez cativos, com um rendimento de dois contos de réis. A rápida evolução do patrimônio de Moreira Lima expressou-se neste momento mediante o aumento do seu plantel. A herança deixada pelo sogro elevou, em 1847, a posse escrava no montante de oito escravos. Além disto ele recebeu um dezoito avos do valor das dívidas ativas do Capitão-mor. Esta legítima reforçou uma tendência já mais antiga. A atividade de comércio não se restringiu às tradicionais fazendas sacas, mas e cada vez mais compreendeu também o dinheiro, seguindo a trajetória do Comendador Azevedo. Nesta época, ele se tornou negociante matriculado pelo meritíssimo Tribunal do Comércio da Corte. Destarte, o número de escravos atingiu quatorze indivíduos em 1850 e cinquenta e quatro no seu inventário de 1879. (Cf. Motta Sobrinho, 1968, p. 182-184) Porém, a sua riqueza assumiu proporções ainda maiores do que a percebida pela posse cativa.

Os diversos libelos cíveis, execuções, assinações de dez dias (notificação do débito), penhoras, encontrados nos arquivos da região mostram a extensão e o vulto de suas relações de crédito. O alcance dos seus negócios compreendeu a área de Bananal a Pindamonhangaba, graças ao auxílio de procuradores nas diversas cidades. Dos 20 processos consultados oito ocorreram na praça de Guaratinguetá, quatro em Areias e um em Silveiras; somente dois foram anteriores a 1850. Os 42 empréstimos localizados no período anterior ao inventário somaram duzentos contos de réis, em sua quase totalidade crédito a juros. Os valores emprestados variaram desde as poucas dezenas de milhares de réis até a casa dos contos de réis. A

média dos 42 financiamentos foi de quase cinco contos de réis. Um pequeno cafeicultor de Silveiras chamado Antonio José de Aquino escreveu, em 1836, uma carta para Moreira Lima a respeito de sua dívida:

“(...) torna de novo o meu filho José Antonio a rogar-lhe lhe rogue para emprestar de Vossa mercê 60\$000 réis em cobres a prêmio, conforme Vossa mercê diz de 25 [25% ao ano de juros simples / RLM] e fico a isso obrigado por um ano para pagar-lhe com café. Eu mando por João José 16 arrobas de café na conta que eu lhe devo (...) Sapé 22/11/1836”. (nº 22 - Cartório do Ofício Judicial de Cachoeira Paulista)

O alto valor dos prêmios cobrados quase impossibilitou a continuidade da cafeicultura. Nos anos quarenta, Antonio Aquino teve os bens penhorados, que constaram de um sítio e casa coberta de palha, as terras, o cafezal e mais benfeitorias. Além disto o executado deveria pagar as custas do processo. Em várias cobranças Moreira Lima acabou por arrematar os bens do devedor para diminuir eventuais prejuízos com a venda das propriedades em praça pública. Na execução contra Ignácio Fernandes da Silva de Lorena, em 1842, foi penhorado o sítio, por um valor aproximadamente igual ao da dívida. Então, Moreira Lima arrematou o sítio com 2.500 pés de café e mais algumas benfeitorias, evitando a possível perda de dinheiro e tempo com a venda para um terceiro. (nº 219 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena) Diversos outros exemplos podem ser encontrados nos inventários de várias pessoas. Por exemplo, no caso de Francisco José dos Santos Dias ele arrematou um escravo por cerca de um conto de réis em 1870. (nº 539 2º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena)

Além dos pequenos valores concedidos a agricultores de reduzido porte, Moreira Lima emprestou grandes importâncias. Vicente Ferreira Leite, morador em São José do Barreiro (SP), escreveu uma carta para ele em 1869, na qual pedia:

“São portadores desta meus filhos José e Honório que vão a essa cidade propor um negócio a Vossa Senhoria que é o seguinte. Precisando de 50 a 60 contos para pagar o meu correspondente na Corte que me não tem prestado boas contas e constando-me que Vossa Senhoria dá dinheiro a prêmio rogo-lhe o favor adiantar-me essa quantia tendo para garantia uma fazenda onde colho 8 mil arrobas de café, e 80 e tantos cativos que os cultivam”. (Apud Motta Sobrinho, 1968, p. 158)

A resposta de Moreira Lima foi *“(...) eu suprirei com 45:000\$000 réis m. Ou mais garantindo me com a transferência de bens que estão hipotecados ao seu credor”.* (Apud Motta Sobrinho, 1968, p. 158) Além do valor inferior ao desejado, ele requeria a passagem da propriedade da hipoteca para o seu nome. Os atrasos dos pagamentos também tornaram-se freqüentes nesta ocasião. Um morador em Lorena procurou reafirmar seu crédito em função da descrença do credor:

“Diz Vossa Senhoria que perdesse todas as esperanças de eu poder pagar nem os prêmios de meus compromissos visto terem-se queimado todos meus cafezais. Felizmente não é exata essa informação pois (...) eu tenho para mais de 60 mil pés de café desses só queimou-se 6 mil pés meus cafezais são novos quase todos por isso que ainda não podem dar muito rendimento para estes dois anos (...) Vossa Senhoria não ignora por isso que com esta colheita que vem hei de lhe pagar os prêmios assim até que faça maior colheita para pagar o principal (...) eu não posso aprontar dinheiro antes das colheitas (...)”. (Apud Motta Sobrinho, 1968, p. 130)

Algumas cartas recebidas por Joaquim José Moreira Lima foram de seu representante em Mambucaba (RJ). Ele provavelmente possuía a responsabilidade de encaminhar o café para o Rio de Janeiro já com seu preço determinado por Moreira Lima e enviar serra acima produtos pedidos e informações das cotações de café. Em uma carta de 22 de dezembro de 1865 percebemos tais papéis:

“Tenho presente o seu estimado favor datado de 16 do corrente mês, o qual veio acompanhando, em sua tropa, 68 sacos com 240 arrobas e duas libras de café, o qual seguirá para o Rio de Janeiro, a consignação dos Srs. Pereira Victorino & Cia. (...) Vão dois alqueires de sal, que deixaram de ir a viagem, passada, caso acontecido involuntariamente. Em consequência de não poder pagar a presente remessa pelo preço de 6\$300, marcado por Vossa Senhoria, visto que a poucos dias tive contas da corte de 5\$200 de cafés novos e bons, tomei a resolução de seguir as suas ordens transmitidas ao Sr. Reis (...) PS. Vossa Senhoria avisa 247 arrobas de café e só encontrei 240 arrobas e 2 libras, chamando o arreador para perguntar-lhe a como vieram as bestas, respondeu-me: 4 a 8 arrobas são 32 arrobas, 28 a 7 arrobas 196 arrobas, 2 a 6 arrobas 12 arrobas somaram 240 arrobas”. (Apud Motta Sobrinho, 1968, p. 140-141)

O café remetido deveria ser em grande parte resultado dos prêmios e cobranças recebidos em produto.³¹ De outro lado, a extensão e o volume dos créditos dificultava a sua gestão, por isso Moreira Lima mantinha procuradores em outras cidades. Nessa época a situação de inadimplência dos devedores agravou-se e a cobrança exigiu a concessão de descontos sobre o valor devido, como revela a carta de um advogado de Guaratinguetá, Rafael Brotero, de 1862:

“Finalmente com muito custo, e já sem esperanças, recebi do Sr. João Gonçalves Cruz Jr. a quantia de 462\$530 réis e dei-lhe quitação. Para esse

31 Em 1860, Moreira Lima mantinha uma fazenda em Areias colhendo 2.000 arrobas de café, provavelmente resultante de alguma execução ou arrematação em praça pública. (Cf. Pereira, 1977, p. 66)

resultado foi necessário fazer-lhe um abatimento de 20% ao que anui por que as circunstâncias desse Sr. São péssimas, nada tendo livre em que se pudesse fazer penhora; que espero aprovará esse passo. Pela conta que nesta ocasião envio-lhe verá Vossa Senhoria que o líquido da cobrança de 450\$000, da qual tirei para mim a metade segundo ofereceu-me por carta com quanto que eu de qualquer modo realizasse a cobrança; o restante isto é 225\$000 réis que pertencem a Vossa Senhoria nesta ocasião também envio-lhe". (Apud Motta Sobrinho, 1968, p. 127)

Quando ocorria a necessidade de um processo jurídico para o pagamento de dívida foram freqüentes as alegações de impossibilidade de pagamento.³² De outra parte, Moreira Lima respondeu com acusações de ocultação de escravos. Na execução contra Galdino Teixeira Coelho, no valor de quase seis contos, Moreira Lima afirmou, em 1869, o executado estar escondendo os seus oito escravos, só indicando um rapaz, uma moça e uma velha. (nº 734 1º Ofício - Arquivo Municipal de Lorena) A partir da segunda metade do século XIX os valores das dívidas assumiram montantes cada vez mais elevados. Nesta época, as hipotecas surgiram com alta freqüência, talvez em função do Código Comercial de 1850, e o número das execuções e penhoras aumentou também. A dificuldade crescente por parte dos devedores de honrar seus compromissos parece explicar tais fatos. A diminuição da produtividade cafeeira inviabilizou o pagamento dos elevados juros cobrados. A partir das informações levantadas percebemos a importância fundamental do crédito em sua fortuna. Antonio da Gama Rodrigues afirmou a seu respeito quando do seu falecimento: "(...) a 13 de janeiro de 1879, falece o grande capitalista Joaquim José Moreira Lima, cujo avultadíssimo espólio, calculado em mais de 8:000 contos de réis (...)". (Rodrigues, 1956, p. 96)

O seu filho, Joaquim José Moreira Lima Júnior, recebeu a doação da terça da mãe, em função dos anos de serviço prestados ao lado do pai. A doação ao filho alcançou a cifra de 803 contos de réis. Se a esposa reservou um terço de sua meação, o patrimônio do marido deveria atingir 4.818 contos. Sem dúvida uma fortuna elevadíssima. A parcela dos oitocentos contos doados ao filho compunha-se em mais de nove décimos de dívidas ativas. As hipotecas somaram quatrocentos e dez contos (51,1% da terça). Os empréstimos duvidosos totalizaram catorze contos

32 Algumas vezes a cobrança judicial poderia conduzir a perda completa do dinheiro emprestado, em função dos subterfúgios disponíveis ao devedor. Em 1863, o Coronel José Vicente de Azevedo, filho do Comendador com o mesmo nome e genro de Moreira Lima, foi ao Rio de Janeiro procurando receber um crédito de cerca de quatro contos num período de crise comercial. Em carta enviada a Moreira Lima, ele afirmou: "*Caldeira [o devedor] diz com o maior cinismo que por bem, dará alguma coisa a seus credores, mas por mal, ficará desgraçado e perseguido, mas o prejuízo deles será completo*". (18/03/1863 - Mini Museu da Fundação Nossa Senhora uxiliadora do Ipiranga)

(1,8% da doação). A participação nos valores em conta corrente com a firma Rocha Brochado & Companhia do rio do Janeiro foi de trezentos e dez contos 938,6% do total inventariado). Segundo Alves Motta Sobrinho, no inventário de Joaquim José Moreira Lima os créditos com tal empresa chegaram à importância de três mil contos. Assim, ele constituiu sua fortuna inicialmente com a loja de fazenda seca e, posteriormente, com o empréstimo de dinheiro a prêmio, que assumiu a maior importância neste processo. Ademais, entre os descendentes de Moreira Lima encontramos dois condes, dois barões, um comendador e uma baronesa, além da própria esposa, a viscondessa de Castro Lima. Entretanto, Moreira Lima nunca foi titular do Império.

As trajetórias destes três indivíduos mostraram a potencialidade de enriquecimento com a atividade creditícia. O momento de desenvolvimento da cafeicultura propiciou a eles condições de assumirem tal papel. Os seus empréstimos destinavam-se aos cafeicultores ou não de todos os portes, mas os de poucos recursos apresentaram condições mais frágeis de financiamento. O rendimento permitido pela atividade usurária superou o obtido por meio do comércio exclusivamente e da própria cafeicultura. Todavia, o desfalecimento da economia cafeeira durante a década de setenta do século XIX impossibilitou a continuidade dos processos de acumulação seus e de seus descendentes nessa atividade e região. Os três mantinham créditos elevados em seus inventários aplicados na praça mercantil do Rio e Janeiro, seja em títulos públicos, bancos ou firmas comerciais. Posteriormente a esse momento, verificou-se de um lado um grande número de cafeicultores endividados e empobrecidos com seus cafezais de baixa produtividade e de outro uma elite mercantil com elevadas quantias a receber destes agricultores. A transferência do patrimônio dos primeiros para os segundos não modificou o quadro decadente a partir da década de oitenta do século XIX. Destarte, a possibilidade de crescimento econômico da região baseada na rubiácea mostrou-se em franco esgotamento.

Em resumo, os “pequenos comerciantes” não apresentaram uma participação nas dívidas ativas e passivas tão elevada quanto os mercadores de fazenda seca. Este último grupo mostrou a maior dependência com relação aos comerciantes do Rio de Janeiro, que pode ser observada pelo seu grau de endividamento com pessoas daquela praça. Os lojistas de fazenda seca tornaram-se devedores dos atacadistas cariocas em decorrência da própria atividade. No entanto, o crédito dos cafeicultores e dos tomadores de empréstimos em geral de Lorena não foi fornecido pelos comerciantes do Rio de Janeiro. Os comerciantes e agricultores locais e regionais atuavam como capitalistas e dominavam a propriedade das dívidas de toda a localidade. Eles mantiveram o controle do crédito local até o terceiro quarto do século XIX, quando as casas comissárias e bancárias do Rio de Janeiro aumentaram a sua parcela dos empréstimos realizados na região, em função das melhores condições de financiamento e os receios crescentes por parte dos credores locais quanto à solvência dos devedores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, Katia Maria. *Autoridade e riqueza: contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*. São Paulo, FFLCH/USP, 1978. Dissertação de Mestrado em História.
- ALVES, Maurício Martins. *Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1995. Dissertação de Mestrado em História.
- BORGES, Urquiza Maria. *Negociantes da cidade de São Paulo (1875-1880)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1979. Dissertação de Mestrado em História.
- CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo, MGSP, 1992.
- EVANGELISTA, José Geraldo. "Alguns aspectos de Lorena nos meados do século XIX (1850-1869)". *Revista de História*, São Paulo, ano 14, 26(54):423-443, abr./jun. 1963.
- _____. *Lorena no século XIX*. São Paulo, Governo do Estado, 1978.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A colônia em movimento fortuna e família no cotidiano colonial (sudeste, século XVIII)*. Rio de Janeiro, UFF, 1994. Tese de Doutorado em História.
- _____. "Fortuna e família em Bananal no século XIX. In: CASTRO, Hebe M. Da Costa M. G. De; SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995. P. 63-98.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888*. Rio de Janeiro, UFF, 1990. Tese de Doutorado em História.
- _____. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.
- FRANCO, Bernardo de Souza. *Os bancos do Brasil*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1984.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Ática, 1974.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 8.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo, FFLCH/USP, 1996. Tese de Doutorado em História.
- GORENSTEIN, Riva. *O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região centro-sul do Brasil: 1808-1822*. São Paulo, FFLCH/USP, 1978. Tese de Mestrado em História.
- HERRMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo, IPE/USP, 1986.
- LEVY, Maria Bárbara. *História financeira do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1979.
- LISANTI FILHO, Luis. *Comércio e capitalismo: o Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX (o exemplo de três vilas paulistas - Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828/9)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1962. Tese de Doutorado em História.

- MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo, EDUSP, 1994.
- MARCONDES, Renato Leite. *Desenvolvimento da produção e comportamento dos preços na constituição da economia cafeeira lorenense*. São Paulo, FEA/USP, 1992. Monografia de Graduação em Economia.
- MARCONDES, Renato Leite; MOTTA, José Flávio. *A comercialização do café em inícios dos oitocentos*. São Paulo, FEA/USP, 1997. Mimeo.
- MARTINHO, Lenira Menezes. *Organização do trabalho e relações sociais no interior das firmas comerciais do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. São Paulo, FFLCH/USP, 1978. Tese de Mestrado em História.
- MELLO, Pedro Carvalho de. *A economia da escravidão nas fazendas de café: 1850-1888*. Rio de Janeiro, PNPE, 1984.
- MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfose da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo, HUCITEC/Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria Municipal da Cultura, 1985.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura de posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. São Paulo, IPE/USP, 1990. Tese de Doutorado em Economia.
- MOTTA, José Flávio; NOZOE, Nelson. "Cafeicultura e acumulação". *Estudos Econômicos*, São Paulo, 24(2):253-320, maio/ago. 1994.
- NOZOE, Nelson; MOTTA, José Flávio. "Os arredores da cafeicultura". *Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 10. Anais*. São Paulo, ABEP, 1996. p. 1831-62.
- PETRONE, Maria Thereza Shoer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, Difel, 1968.
- _____. *O Barão de Iguape*. São Paulo, Nacional; Brasília, INL, 1976.
- PEREIRA, Waldick. *Cana, café & laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, FGV/SEEC, 1977.
- QUEIROZ, Carlota Pereira de. *Vida e morte de um capitão-mor*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1969.
- RANGEL, Armênio de Souza. *Escravidão e riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté (1765-1835)*. São Paulo, IPE/USP, 1990. Tese de doutorado em Economia.
- REIS, Paulo Pereira dos. *Lorena nos séculos XVII e XVIII*. São Paulo, Fundação Nacional do Tropeirismo, 1988.
- RODRIGUES, Antonio da Gama. *Gens Lorenensis*. Lorena, s.ed., 1956.
- _____. *O Conde Moreira Lima*. São Paulo, Instituto Genealógico Brasileiro, 1942.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*. São Paulo, IPE/USP, 1986.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836): estudo diferencial de demografia histórica das famílias dos proprietários de grandes escravarias do Vale do Paraíba e região da capital de São Paulo*. São Paulo, FFLCH/USP, 1987. Tese de Mestrado em História.
- SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão: três gerações de fazendeiros e a crise de estrutura escravista*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, INL, 1984.
- SLENES, Robert W. "Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888". In COSTA, Iraci del Nero da. *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo, IPE/USP, 1986.

- SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977.
- STEIN, Stanley Julian. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagens às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1980.
- WHATELY, Maria Celina. *O café em Resende no século XIX*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.
- ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975.

Abstract: The coffee culture has assumed a fundamental role in the economical and demographic development of the Paraíba Valley during the nineteenth century. In this period big fortunes have been formed, which were originated in the opportunities open by the coffee-plantation economy. The patrimony reached by the coffee producers resulted not only from the coffee production, but also from the trade and especially from the financing activities which led to a peculiar: the capitalists received as a payment of their debts several farms, although these were full of old and little productive coffee-trees.

Keywords: Coffee plantation economy; trade; financing activities.